



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
3º CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DA UNEMAT
SEMINÁRIO REGIONAL POLO ALTO ARAGUAIA



DOCUMENTO ORIENTADOR DO SEMINÁRIO REGIONAL POLO DE ALTO ARAGUAIA

Este Documento é resultado da sistematização das Teses oriundas dos Seminários Locais de Alto Araguaia e de Nova Xavantina. Sendo a base de discussão dos GTs, constituirá a Tese Regional a partir da realização do Seminário Regional e seguirá para a Plenária Final do 3º Congresso Universitário da Unemat.

Comissão Central
Secretaria de Sistematização de Documentos
Junho de 2017



EIXOS TEMÁTICOS QUE FAZEM PARTE DESTA TESE

- (X) Eixo 1 – Graduação
- (X) Eixo 2 – Pós-graduação
- (X) Eixo 3 – Pesquisa
- (X) Eixo 4 – Extensão e Cultura
- (X) Eixo 5 – Gestão
- (X) Eixo 6 – Política Estudantil
- (X) Eixo 7 – Política de Financiamento

RESUMO

Este documento é o resultado da sistematização das Teses Locais elaboradas a partir de discussões ocorridas durante os Seminários Locais de Alto Araguaia e de Nova Xavantina, com a participação dos segmentos docente, discente e técnicos do ensino superior que apresentaram o objetivo de fortalecer a Unemat em todas as regiões de Mato Grosso. Dessa forma as propostas apresentadas propõem como macropolíticas: 1) Novas formas de ingresso e melhoria dos modelos atuais, a fim de facilitar o acesso de candidatos à Universidade; valorização de projetos de extensão como forma de estimular a permanência dos ingressos nos cursos da Unemat. 2) Parcerias com os Programas de Pós-Graduação, de forma que Professores Pesquisadores e Orientandos (Mestrandos e Doutorandos) possam realizar ou estender projetos de extensão nos Cursos do Programa Parceladas, a fim de mudar a dinâmica da formação acadêmica dos alunos matriculados nessa modalidade especial de Ensino. 3) Garantia de um percentual de pelo menos 20% do quadro docente, dos Cursos de Modalidades Diferenciadas, para Professores Pesquisadores, de preferência com vínculo em Programas de Pós-Graduação e/ou que tenha Projeto de Pesquisa institucionalizado. O objetivo da proposta é garantir a política institucional quanto ao princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. 4) Que os alunos vinculados ao Ensino Regular ou às Modalidades de Cursos Especiais possam, uma vez por ano, desenvolver projetos de extensão equivalente a um crédito, relacionados à área de sua graduação e ao curso, em *comunidades de resistência* (tais como assentamentos, quilombolas, tribos indígenas) ou em *instituições de assistência social* (orfanatos, asilos, clínicas de repouso, clínicas de recuperação); despertar a percepção dos estudantes para o potencial transformador dos cursos de graduação. 5) Readequação da estrutura organizacional e implementação de novos modelos de financiamento externo. As propostas indicam critérios de equidade de setores, conselhos e assessorias nos *campus*, para o primeiro objetivo, e revisão no atual modelo de financiamento externo, abrindo possibilidades para novos formatos de parcerias institucionais, com pessoas físicas e jurídicas, para o segundo objetivo. As Teses Locais que compõem este documento foram elaboradas com base nas Teses apresentadas nos Seminários Locais, conforme Regimento do 3º Congresso Universitário.



INTRODUÇÃO

Este documento reúne os textos das duas Teses Locais construídas pelos Câmpus de Alto Araguaia e de Nova Xavantina. As reiteraões decorrem de suas metodologias. As Teses desenvolveram-se a partir de um objetivo geral e motriz: “Fortalecer a Unemat em todas as regiões do estado de Mato Grosso”.

Frente aos desafios impostos pela globalização e internacionalização, as universidades públicas possuem um caráter estratégico no desenvolvimento científico/tecnológico brasileiro, havendo distinções quanto ao formato institucional, à inclinação/vocação acadêmica, a oferta/procura por cursos e as expectativas dos discentes em relação à formação profissional com influência direta na formulação das políticas públicas do ensino superior (TANEGUTTI, 2013).

Conforme previsto no artigo nº 207 da Constituição Federal de 1988 a Universidade deve assegurar que a pesquisa, o ensino e a extensão sejam indissociáveis e estes, devem estar presentes no conjunto universitário, garantindo formação profissional universitária, de forma concomitante à pesquisa e à extensão para uma educação superior de qualidade, sendo assim tem-se a necessidade de fomentar políticas que assegurem efetivamente o estreitamento dessas relações.

De um lado há a necessidade de ampliação do acesso ao Ensino Superior, tendo como principal estratégia a maior oferta de vagas/cursos. Por outro lado, há uma cobrança mercadológica por profissionais qualificados em nível de graduação/pós-graduação, para atendimento das demandas por tecnologias e conhecimentos múltiplos (CARMO et al., 2014).

O debate de diferentes temas no 3º Congresso Universitário da Unemat, por meio da comunicação entre os segmentos (docentes, técnicos e discentes) que a compõem, é uma forma de permitir a re(construção) de macropolíticas institucionais da Universidade, o que reforça a importância da participação de cada segmento na consolidação de estratégias que viabilizem o fortalecimento da Instituição como promotora do ensino superior gratuito e de qualidade. Desta forma, o rompimento de determinadas barreiras muitas vezes impostas, proporcionando um espaço de discussão entre esses segmentos, são aspectos fundamentais para uma análise mais acurada das problemáticas existentes, bem como, a proposição de soluções conjuntas na determinação e elaboração dessas políticas.

Para Schneider (2004) o dinamismo de determinadas regiões e suas relações com o desempenho dos atores e das instituições é explicado com base na ideia de que a maior proximidade dos atores que atuam em determinado espaço geraria ações coletivas e cooperadas (troca de experiências, redes de colaboração). A partir de uma ampla discussão entre seus proponentes, foram identificados alguns gargalos e possíveis alternativas a esses, que foram aprofundados baseando-se nas leis e normativas educacionais vigentes, visando potencializar os aspectos integradores e democráticos da Universidade, refletindo em melhorias no processo formativo da educação superior e na continuidade de formação, a partir da visão dos diferentes atores envolvidos.

Ao longo da história da Unemat sua funcionalidade foi baseada no ensino de graduação, já que não havia oferta de cursos de Pós-graduação *stricto sensu* na instituição durante a maior parte de sua existência. No entanto, nos últimos anos, a Unemat avançou exponencialmente nesta área, criando 28 Programas de Pós-



Graduação, o que colocou a universidade em outra categoria de ensino e pesquisa, desta vez muito mais eficaz, abrangendo os 3 níveis do ensino superior: graduação, mestrado e doutorado. Por outro lado, nossa funcionalidade permanece quase inalterada, ainda baseada no modelo tradicional de ensino exclusivo na graduação.

Os Programas de Pós-graduação (PPG) *stricto sensu*, que têm a finalidade de qualificar mestres e doutores para o desenvolvimento e consolidação da pesquisa no Brasil, foram criados em meados de 1960, a partir da publicação do Parecer nº 977 de 1965, do Conselho Federal de Educação, que teve como objetivo estabelecer normas para o funcionamento de PPG *stricto sensu* no que concerne à organização, conceitualização e estrutura de funcionamento. Uma das justificativas foi a importância desses programas “seja para completar a formação do pesquisador, seja para o treinamento do especialista altamente qualificado” (BRASIL, 2005). Desde então, a CAPES exige dos professores que trabalham em programas *Stricto Sensu*, em geral, uma série de publicações e envolvimento com seus programas de pós-graduação, as bolsas permitem que os alunos sejam mais participativos e determinados, assim auxiliando o professor nas atividades. Uma vez que as bolsas de estudos são escassas, desestimulam os alunos a procurem uma especialização ou falta de tempo para participar das pesquisas instituídas nos programas.

No eixo Gestão e política de financiamento foram abordadas alternativas para a agilidade em processos, valorização e estímulo para o desempenho profissional visando o bem-estar dos servidores e autonomia para estabelecimento de parcerias, captação e aplicação de recursos.

No eixo Pós-graduação foram elaboradas propostas referentes aos seguintes temas: trabalho com base na habilidade individual, equilíbrio de carga horária de trabalho, integração dos três níveis de ensino (graduação, mestrado e doutorado) e interação planejada entre as atividades da graduação e pós-graduação.

As propostas apresentadas foram elaboradas com base na observação e experiências vividas cotidianamente em situações ocorridas na comunidade acadêmica, pelos membros dos segmentos discente, docente, profissionais técnicos de ensino superior e docentes em cargos de Gestão.

Contudo, para que a Unemat se consolide como referência entre as Instituições de Ensino Superior (IES), nacionais e internacionais, é imprescindível a formação de profissionais capacitados e comprometidos seguindo os princípios da sustentabilidade e ética. É importante ressaltar a enorme dificuldade da Unemat em integrar Pesquisa e Extensão, um desafio de muitas universidades brasileiras durante as décadas de 1980 e 1990 (MAZZILLI 1996), hoje já superado na maior parte delas (SGUISSARDI, 2009).

Nos eixos **Gestão e Política de Financiamento** lembra-se que a história da Unemat começa em 20 de julho de 1978, quando foi criado o Instituto Superior de Cáceres. Decorreram-se de lá para cá 39 anos. Hoje, a Universidade do Estado de Mato Grosso conta com treze câmpus, dezessete núcleos pedagógicos e vinte e quatro polos educacionais de Ensino a Distância. Toda essa estrutura atende em torno de vinte e dois mil alunos, matriculados em sessenta cursos presenciais e em cento e vinte e nove cursos em modalidades especiais. Conta ainda com Programas de Pós-Graduação: quatro doutorados institucionais, quatro doutorados interinstitucionais (Dinter), três doutorados em rede, onze mestrados institucionais, um mestrado interinstitucionais



(Minter) e cinco mestrados profissionais, é o que informa a página da instituição¹. A descrição dessa estrutura mostra que a Unemat é muito grande e precisa sofrer revisões, em todas as esferas, para se manter renovada e atualizada, com condições de atender ao público do Século XXI. O 3º Congresso Universitário que se realiza em 2017 oferece uma oportunidade ímpar de colocar toda a comunidade acadêmica Unematiana em processo de reflexão em torno do mesmo objetivo: fortalecer a Unemat. Esta Tese parte do princípio de que, para fortalecer, é preciso modernizar a Unemat. Neste sentido, esta Tese propõe, primeiro, no eixo Gestão, uma reorganização da estrutura organizacional, seguindo o critério da equidade, o qual se aplicaria em todos os seus âmbitos: setores, conselhos, assessorias. Esse modelo já é utilizado com sucesso em outras universidades públicas, como na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, com câmpus nos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. A reorganização pelo critério da equidade tem como benefício imediato o fortalecimento da estrutura *multicâmpus*, visto que confere aos profissionais maiores possibilidades de planejamento transversal e diálogos intercâmpus. Para tanto, é preciso definir um funcionograma das atividades desenvolvidas em cada setor e estabelecer lotação mínima para o funcionamento das atividades em cada câmpus. A outra proposição diz respeito às Políticas de Financiamento: propõe-se que novos modelos de financiamento sejam regulamentados, por meio de parcerias com outras entidades públicas, mas também com pessoas jurídicas e pessoas físicas de direito privado, com a finalidade de angariar mais recursos financeiros para a instituição ou angariar outro benefício corporativo, como transferência de tecnologias e serviços. É importante ressaltar que a implementação de novos modelos pode viabilizar negócios e trabalhos conjuntos, aproximando a Universidade de setores produtivos da sociedade.

A proposta **Ingresso-Permanência-Extensão: Novos Olhares, Mais Alunos** foi elaborada pensando-se no conjunto ingresso e permanência do aluno na Universidade. Levou-se em conta principalmente o eixo Graduação, mas com reflexos também nos eixos Extensão e Cultura e Gestão, este último no sentido de gerenciamento e regulamentação das formas de ingresso na Universidade. Embora muito já tenha sido pensado no sentido de atrair e manter o aluno nos cursos presenciais, cujas formas de ingresso, nos últimos anos, tiveram adesão a dois importantes programas nacionais: o Sistema de Cotas para Negros e o SISU, Sistema de Seleção Unificado (uma entrada por ano). Além disso, a Unemat promove vestibulares especiais, como ocorre no Programa Parceladas e nas ofertas de Cursos Fora de Sede. Apesar desses avanços e do esforço em democratizar suas políticas de acesso aos cursos de graduação, a Unemat enfrenta problemas para preencher vagas que ficam ociosas, ainda no primeiro semestre, em alguns cursos. A política institucional de ingresso não distingue cursos de alta demanda e cursos de baixa demanda. Para essa questão específica do Ingresso, esta Tese indica algumas alternativas que têm potencial para serem regulamentadas como macro políticas: oficializar formas de ingresso por diferentes modelos: seriado, por agendamento e por análise de histórico e redação, ou ainda por um modelo testado com sucesso em outras Universidades, o Programa de Avaliação Seriado (P.A.S.Unemat). Além disso, propõe-se a redução do valor da inscrição do vestibular e sua gratuidade aos alunos oriundos do ensino público a fim de garantir o acesso dos

¹ Disponível em: <http://portal.Unemat.br/?pg=universidade&conteudo=1>. Último acesso em 02.Maio.2017.



mesmos ao Ensino Superior. O primeiro enfoque desta proposição é sobre as formas de ingresso no vestibular, apontando para a regulamentação de novas formas de ingresso, bem como mudanças na forma atual, visando atrair mais alunos para os cursos da Unemat e uma possível solução para os cursos de baixa demanda, bem como mecanismos de permanência dos acadêmicos nos cursos. O segundo enfoque é na extensão, apontando ideias para valorização da Extensão que, além de funcionar como um caminho para solução de problemas de déficit de aprendizagem atuará mais na comunidade, em especial nas escolas públicas, de onde é oriunda a maioria de nossos alunos.

A proposição **Promoção da Extensão nos Cursos Parceladas** destaca que a Unemat foi inovadora ao criar cursos em diferentes modalidades, com a finalidade de levar o Ensino superior a regiões distantes do Mato Grosso, atendendo a uma grande população residente em municípios sem a presença de Câmpus da Unemat ou que têm câmpus, mas que não oferece todos os cursos que atendem às demandas locais. Porém, a modalidade Parceladas apresenta algumas fragilidades, uma das quais diz respeito à ausência de Projetos de Pesquisa e Projetos de Extensão do corpo docente, impactando diretamente na formação do aluno que, predominantemente, desenvolve atividades de Ensino. O Programa Parceladas foi criado em 1992, inicialmente, para formar profissionais da Educação, em regiões mais distantes de Mato Grosso. Hoje, as demandas forjaram um novo perfil e as Parceladas se abrem para Licenciaturas e Bacharelados, e atendem a um público diverso. O Programa Parceladas realiza-se em parcerias com os municípios e atualmente o número de alunos matriculados em todas as alguns câmpus equipara-se ou supera o número de alunos matriculados na modalidade regular, como é o caso do Câmpus de Alto Araguaia. Apesar da importante função social do Programa Parceladas e do esforço da Unemat em oferecer formação acadêmica em regiões mais distantes do estado, é preciso reconhecer que os Cursos oferecidos na modalidade Parceladas precisam ser repensados em sua forma de execução, pois, no modelo em que se desenvolvem os cursos, pode-se dizer que eles se realizam com base no Ensino, com esporádicos Eventos. Dessa maneira, os Cursos Parceladas carecem de ações que formalizem o princípio da indissociabilidade, preconizado nas leis nacionais e no Estatuto Unemat.

Título I Da Instituição, Capítulo I Da Natureza Jurídica, Artigo 1º. O Estatuto da Unemat reforça esse Princípio e essa Finalidade em outros pontos, com destaque para aquele que se encontra no Título I: Da Instituição, Capítulo II: Dos Princípios e Fins, Seção I: Dos Fins, Artigo 3º, Inciso I: "Garantir a ambiência para produção e difusão do conhecimento através do ensino, da pesquisa e extensão em suas diferentes modalidades e formas de promoção", e ainda no Inciso XV (grifos nossos): "*Promover a extensão numa relação dialógica, de forma indissociável com o ensino e a pesquisa, viabilizando a relação transformadora da universidade e da sociedade*".

Em suma, a modalidade Parceladas dissocia, com suas práticas, o Ensino da Pesquisa e da Extensão. É possível reverter essa realidade, considerando a importância desse Programa para o Estado. Por isso, os proponentes desta Tese propõem que haja parcerias com os Programas de Pós-Graduação, de forma que Professores Pesquisadores e Orientandos possam realizar ou estender projetos de extensão para



as Parceladas, a fim de mudar a dinâmica da formação acadêmica dos alunos matriculados nessa modalidade especial de Ensino.

A proposição **Promoção da Pesquisa nos Cursos de Modalidade Parceladas** trata principalmente da Pesquisa e da Pós-Graduação. A Universidade do Estado de Mato Grosso, a fim de cumprir seu compromisso social e promover o desenvolvimento em todas as regiões de Mato Grosso, além dos cursos regulares, oferece também cursos em modalidades especiais, os quais visam ao atendimento de populações, em diversas áreas, em diversas regiões. Dentre essas modalidades especiais, destaca-se o Programa Parceladas, que surgiu com o “objetivo de atender inúmeras demandas de formação docente em diferentes regiões do estado de Mato Grosso”. O empreendimento bem sucedido do Programa Parceladas para as Licenciaturas, estimulou a Unemat a expandi-lo também para cursos de Bacharelados, “com o objetivo de atender as demandas de formação para mercado de trabalho”². Hoje o programa atende a uma demanda que, junto com outras modalidades especiais, equivalem ao dobro do número de cursos atendidos pela modalidade regular. De acordo com a página da Unemat (Reitoria/Histórico), “Cerca de 22 mil acadêmicos são atendidos em 60 cursos presenciais e em outros 129 cursos ofertados em modalidades diferenciadas”. O Programa Parceladas constitui uma importante maneira de levar o Ensino Superior às regiões mais distantes do Estado de Mato Grosso. No entanto, da forma como os cursos do Programa se desenvolvem em suas práticas, apresentam grandes fragilidades, pois não favorecem o ideal de integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão, os dois últimos aliados dos cursos, impactando diretamente na formação acadêmica: o aluno das Parceladas, de maneira geral, compreende a Universidade como um estabelecimento de Ensino, apenas, como ocorre no Ensino Médio. Dessa maneira, entende-se que é preciso agir na Modalidade de Ensino Parceladas. A proposta é que os Editais de Seletivo reservem um percentual de vagas (sugere-se aqui 20%) para Professores Pesquisadores, de preferência vinculados a Programas de Pós-Graduação. Essa é uma maneira de estender para os acadêmicos dessa modalidade de Ensino, os Projetos de Pesquisas que se desenvolvem nos programas da Unemat e em outras instituições.

A proposta **Política Estudantil e Desenvolvimento Social** trata de investir no protagonismo do discente. De certa forma, relaciona-se a expressão “Políticas Estudantis” a Bolsas que oferecem condições de permanência do aluno na Universidade, tais como Bolsa Moradia, Bolsa Alimentação, Bolsa Apoio e outras, ou a estruturas que atendem às necessidades mais prementes dos estudantes, como restaurantes universitários e alojamentos estudantis. Essas Bolsas representam um grande avanço nas Políticas Estudantis, pois evitam maior evasão dos cursos, visto que grande parte dos alunos abandona o curso de graduação por falta de condições de auto sustentação. Mas as políticas estudantis podem ir além do fator financeiro: elas podem promover atitudes proativas em relação aos problemas sociais. O estudante precisa perceber, de algum modo, que seu curso tem potencial de transformação na sociedade. Por isso, a proposta que aqui se apresenta trata-se de uma ação recíproca: o aluno recebe uma *Bolsa Desenvolvimento Social* e, ao mesmo tempo, auxilia a Universidade a estender suas ações afirmativas para além de seus muros, em projetos que visem um trabalho social com grupos de resistência social (tais como

² Disponível em <http://www.Unemat.br/proeq/parceladas/?link=apresentacao>. Último acesso em 29.abril.2017.



assentamentos, quilombolas, tribos indígenas), mobilizados nos Centros Urbanos ou nos Campos; e é preciso que o aluno perceba que o acadêmico também é responsável pela melhoria no atendimento das comunidades em *instituições de assistência social* (orfanatos, asilos, clínicas de repouso, clínicas de recuperação). Desta maneira, propõe-se, como Política Estudantil, que os alunos vinculados ao Ensino Regular ou às Modalidades de Cursos Especiais possam, uma vez por ano, desenvolver projetos de extensão equivalente a um crédito, relacionados à área de sua graduação e ao curso, em *comunidades de resistência* (tais como assentamentos, quilombolas, tribos indígenas) ou em *instituições de assistência social* (orfanatos, asilos, clínicas de repouso, clínicas de recuperação), com subsídio de uma Bolsa Desenvolvimento Social para os alunos proponentes, sob a supervisão de um Professor Orientador.



OBJETIVOS

Propor mudanças na estrutura e organização da Unemat tornando-a mais eficiente na formação de graduados, mestres e doutores e na geração de produtos de pesquisa e extensão, visando melhorar a infraestrutura e processos já estabelecidos, articulando com maior eficácia o processo didático-pedagógico para disponibilizar conhecimentos que auxiliem o meio social em que a universidade está inserida; além de fornecer subsídios para a construção de soluções conjuntas e integradoras baseadas nos aspectos técnicos/científicos e normatizadores da Instituição, da legislação que rege o Ensino Superior e dos diferentes segmentos que a compõem, bem como, no princípio de indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão.

Específicos

- Criar alternativas que contemplem os cursos de baixa demanda da Unemat, viabilizando a entrada e permanência do aluno no Ensino Superior;
- Promover ampliação dos espaços de discussão favorecendo a mediação da Universidade - docentes, discentes, Profissionais Técnicos da Educação Superior (PTES)- e comunidade através do fortalecimento da relação entre pesquisa, ensino e extensão;
- Garantir a socialização do conhecimento, incentivando/divulgando as ações desenvolvidas na Instituição;
- Propor a implantação de um sistema de extensão da Unemat que possa integrar a mesma com a comunidade por meio de uma ação coletiva, de caráter participativo que possa identificar o alcance das ações, suas políticas e diretrizes;
- Criar estratégias que favoreçam os segmentos reduzindo os aspectos burocráticos concernentes aos exames finais, partindo do pressuposto de que esses atores são os principais agentes do desenvolvimento institucional;
- Propor a implantação de uma sala de estudos com funcionamento 24 horas por dia que viabilize o desenvolvimento das atividades extraclasse exclusivamente aos discentes da Unemat;
- Melhorar a qualidade da formação dos alunos egressos na Unemat;
- Garantir a estruturação dos cursos existentes na Unemat;
- Reverter o déficit histórico de acesso dos negros ao ensino superior e coibir práticas de fraude;
- Incentivar a comunidade acadêmica a desenvolver habilidades em comunicação, entendimento e escrita de línguas estrangeiras;
- Implementar cargos de vice para os diretores de câmpus e Administrativo e Coordenadores de Cursos;
- Valorizar o trabalho dos profissionais, incentivar a participação de docentes em cargos de gestão e reduzir despesas com contratação de professores interinos;
- Flexibilizar o processo de remoção respeitando a necessidade do servidor, proporcionando o seu bem-estar profissional e pessoal;
- Atender as necessidades do ensino e pesquisa das diferentes áreas do conhecimento;
- Incentivar a pesquisa e extensão entre os alunos de graduação;



- Facilitar o acesso e garantir a permanência na Universidade dos alunos com hipossuficiência financeira comprovada;
- Fornecer auxílio financeiro para estudantes visando a inclusão e o desenvolvimento de um censo de responsabilidade;
- Prestar atendimento à comunidade acadêmica;
- Elaborar legislação específica sobre parcerias, captação e aplicação de recursos advindos dessas no próprio câmpus;
- Ampliar o número de bolsas de Iniciação, conforme disponibilidade financeira da Unemat;
- Vincular as bolsas de iniciação a pelo menos um projeto de pesquisa/extensão aprovado e cadastrado no Sistema de Gestão de Projetos de Pesquisa/Extensão da Unemat;
- Reestruturar as diretrizes de enquadramento para concessão de bolsas de Iniciação, mestrado e doutorado;
- Propor um Fórum de Discussão da Graduação, Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação anualmente com os representantes dos segmentos de cada Câmpus;
- Realizar o rodízio das Discussões realizadas, de forma que o mesmo seja realizado a cada ano em um Câmpus diferente;
- Criar um site para inserção de projetos de pesquisas da Unemat alimentado pelo próprio professor responsável do projeto de pesquisa;
- Realizar a interação de forma planejada entre a Graduação e Pós-Graduação desenvolvendo atividades como: as práticas de laboratório, eventos científicos, conferências, fomentar a presença dos discentes em defesas de dissertação e tese e criar oportunidade para os alunos de pós-graduação ministrarem cursos a graduação;
- Otimizar as habilidades de cada servidor, em cada categoria (docente ou PTES), de forma a tornar o trabalho mais eficiente e produtivo;
- Equilibrar a carga horária dos docentes para melhor contemplar as suas habilidades e assim melhorar a qualidade da formação profissional e da produtividade em pesquisa e extensão;
- Integrar os três níveis de formação profissional superior da Unemat através da associação de TCC's com dissertações e teses, e da integração de projetos de pesquisa e extensão entre graduação e pós-graduação.

A partir objetivo, maior e inicial, de fortalecer a Unemat em todas as regiões de Mato Grosso, a proposta **Ingresso-Permanência-Extensão: Novos Olhares, Mais Alunos**, ao se inclinar para os problemas da baixa demanda e da evasão de alunos dos cursos, apresenta como objetivo central:

1. Implementar e regulamentar novas alternativas de ingresso para aumento de demanda e novas políticas de permanência dos discentes nos cursos.

Para tanto, propõe-se como objetivos específicos:

- 1.1. Criar novas formas de ingresso, além do vestibular atual, tais como: seriado, por agendamento e por análise de histórico e redação;
- 1.2. Reduzir o valor da inscrição do vestibular e garantir gratuidade aos estudantes do ensino público;
- 1.3. Implementar políticas de extensão para nivelamento de pré-requisitos para ingressantes;



1.4. Regulamentar o aproveitamento de cursos de extensão quando houver equivalência com disciplinas da graduação (carga horária e ementa).

1.6. Fomentar políticas para que as ações de extensão priorizem a comunidade externa e a educação básica.

As propostas **Promoção da Extensão nos Cursos Parceladas** e **Promoção da Pesquisa nos Cursos de Modalidade Parceladas**, inclinadas para discussões relacionadas a melhorias nos ofertados pelo Programa Parceladas, apresenta os seguintes objetivos:

1. Garantir o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, na modalidade de Ensino Parceladas e outras modalidade diferenciadas.
2. Promover a Extensão na modalidade de Ensino Parceladas.
3. Estimular parcerias com os Programas de Pós-Graduação da Unemat, bem como de outras instituições, a fim de que a Pesquisa fomentada na instituição possa repercutir em forma de Extensão nos Cursos Parceladas.
4. Promover a Pesquisa e Pós-Graduação na modalidade de Ensino Diferenciado.
5. Dar prioridade aos professores dos Programas de Pós-Graduação da Unemat e de outras instituições a participarem dos editais seletivos dos Cursos de Modalidades Diferenciadas.

A proposta **Política Estudantil e Desenvolvimento Social**, inclinada para as questões estudantis, propõe em seus objetivos:

1. Desenvolver uma Política Estudantil que também promova a consciência social do acadêmico.
2. Promover a relação entre o Ensino Superior e o desenvolvimento social, por meio de Projetos de Extensão.
3. Estimular entre os graduandos o desenvolvimento de projetos de extensão em comunidades de resistência e em instituições de assistência social.
4. Incentivar atitudes pró-ativas que favoreçam ações com potencial de transformação social.

A proposta **Gestão e Políticas de Financiamento**, inclinada para questões relacionadas à Gestão e a Política de Financiamento, coloca como objetivo principal:

- 1.Regulamentar e implementar novos modelos de financiamento externo além de readequar a estrutura organizacional e funcional da Universidade do Estado de Mato Grosso.

A partir deste objetivo maior, propõe:

- 1.1. Criar políticas de incentivos ao desenvolvimento de parcerias com entes públicos e pessoas físicas e jurídicas de direito privado para arrecadação de recursos financeiros ou não;
- 1.2 Viabilizar negócios e trabalhos conjuntos aproximando a Universidade do setor produtivo do mercado;
- 1.3 Regulamentar o financiamento externo para o desenvolvimento de bens, produtos e serviços pela universidade;
- 1.4 Readequar a estrutura organizacional da Unemat de forma que seja equivalente em todos os câmpus;
- 1.5 Definir um funcionograma das atividades desenvolvidas em cada setor;
- 1.6 Estabelecer a lotação mínima para o funcionamento das atividades.



METODOLOGIA

A metodologia de sistematização das Teses Locais para a composição documento orientador para o Seminário Regional iniciou-se na reunião da Secretaria de Sistematização da Comissão Organizadora Central no dia 19 de junho de 2017.

Inicialmente, foi discutido como seria realizada a sistematização, reforçando a necessidade de manutenção dos textos originais, sem qualquer alteração das proposições da comunidade acadêmica. Assim, ficou acordado que seriam agrupadas as proposições com mesmo objeto, mantendo-se objetivos, metas e estratégias que se diferenciavam. As análises foram realizadas por eixo, agrupando as proposições com mesmo objeto, mesmo que contraditórias, de todas as Teses Locais que compõem cada Regional.

Após o agrupamento das proposições no quadro extrato, foram agrupados os elementos textuais que fundamentaram as proposições da comunidade acadêmica.

Toda metodologia utilizada na condução dessa sistematização foi embasada na Resolução Nº 015/2016-CONSUNI, Resolução Nº 016/2016-CONSUNI e Resolução Nº 040/2016 *AD Referendum* do CONSUNI.

JUSTIFICATIVA

As propostas elencadas neste Documento Orientador do Seminário Regional - Polo de Alto Araguaia surgem compiladas pelas demandas que são sentidas pela Comunidade Acadêmica local dos câmpus de Alto Araguaia e Nova Xavantina, mas que também representam demandas de outros câmpus e de outros cursos. Assim, cada proposta apresentou justificativas importantes para cada proposição.

A escolha do eixo "Graduação" deu-se devido à sua grande importância, pois o ensino é o principal objetivo da Universidade. Não há pesquisa e extensão sem os acadêmicos do ensino de Graduação. Por outro lado, há uma crescente preocupação com o quadro de ingresso e permanência que se apresenta na Unemat atualmente. O fato de muitos cursos não preencherem suas vagas no vestibular, bem como terem grande número de evasão universitária, levou a pensar algumas alternativas para sanar/minimizar estes problemas. Estas alternativas envolvem diretamente o eixo "Gestão", pois é nesse eixo que se encaixam as ações de regulamentação e execução das formas de ingresso propostas. Uma vez que o aluno consegue ingressar na Universidade, é necessário que tenha condições de acompanhar as exigências educacionais do curso. Dessa forma, justifica-se a importância dessa proposta abranger também o eixo "Extensão e Cultura", no sentido de propor cursos de extensão que funcionem como nivelamento aos estudantes que apresentarem dificuldade de acompanhar o conteúdo das disciplinas cursadas.

É hoje uma realidade os discentes chegarem ao ensino superior com graves deficiências de aprendizagem, daí a importância desses cursos de extensão não mirarem apenas nos acadêmicos com dificuldade, mas também, e principalmente, que a extensão esteja mais presente nas escolas, onde tais cursos de nivelamento podem ser ofertados. Dessa forma, a extensão consegue vencer os limites dos muros da



universidade, alcançando a comunidade externa. Paulatinamente, pretende-se mudar o quadro de déficit de aprendizagem detectado nos primeiros semestres dos cursos de graduação, uma vez que o aluno terá a oportunidade de, ainda no ensino médio, ter acesso a cursos de nivelamento. Com isso, pretende-se modificar este quadro e, ao mesmo tempo, atrair uma clientela melhor preparada para nossos vestibulares. Um exemplo a ser citado é o Programa de Incentivo à Docência – PIBID – que é uma referência nacional neste tipo de proposta. Os proponentes compreendem que esta proposta tem grande importância e atualidade para a universidade, pois está diretamente ligada à qualidade da formação acadêmica dos alunos. A pluralidade de ideias, em um espaço democrático e livre como o III Congresso Universitário, é uma oportunidade grandiosa que a Unemat tem para avaliar e inovar seus objetivos e práticas sociais, planejando no presente para vislumbrar um futuro de prosperidade, onde acadêmicos, professores, técnicos e sociedade estejam em diálogo constante e se sintam motivados a participar ativamente das ações da instituição.

A Unemat passa por um momento importante em sua trajetória histórica. O grande crescimento na última década já suscitava a demanda por reformulações profundas. A conquista do Plano de Carreira, Cargos, Salários e voto paritário, em 2008, nos impulsiona decididamente na direção da indissociabilidade do tripé “Ensino-Pesquisa-Extensão”, que são a base da universidade. As políticas norteadoras do nível superior, principalmente os projetos de cursos, devem contemplar o princípio diretriz da indissociabilidade, ou seja, integralizar ensino, pesquisa e extensão na implementação dos currículos de seus cursos.

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. (FORPROEX, 2012, p. 16).

Para um melhor entendimento das ações propostas na presente Tese, optou-se por explicar as proposições por tópicos:

1. Criar novas formas de ingresso, além do vestibular atual, tais como: seriado, por agendamento e por análise de histórico e redação.

Instituições públicas e privadas vem aplicando formas diferenciadas de ingresso no ensino superior, visando atingir mais interessados, numa sociedade pós-moderna em que as tecnologias e mercado de trabalho vão se apresentando como desafios no processo de escolhas. De maneira especial pelas instituições privadas, uma dessas possibilidades é o vestibular agendado, oferecido pela instituição para atender àquela pessoa que não poderia comparecer à realização do vestibular tradicional com hora e dia marcados. Outra forma de ingresso, que vem sendo implantada por diversas instituições públicas pelo país para facilitar a participação do aluno oriundo do ensino médio, é a implantação de um programa de avaliação seriada.

Nossa proposta é que a Unemat institua o PAS. Unemat - Programa de Avaliação Seriada da Unemat - ao lado de outras formas de ingresso, como o vestibular tradicional ou outras modalidades, tais como: vestibular por agendamento, por análise



de histórico escolar e atividades extensionistas e adoção de uma espécie de “SISU” interno na Unemat.

1.1 Criar o Programa de Avaliação Seriada (PAS.Unemat)

O PAS.Unemat - Programa de Avaliação Seriada da Unemat - seria implantado tendo como base as experiências de instituições que já adotaram o programa para ingresso em seus cursos. O pioneiro nessa área é o PAS da Universidade de Brasília (PAS/UNB) que foi criado em 1995, como forma de ingresso alternativa ao vestibular tradicional e que oferece 50% das vagas de todos os cursos. Trata-se de uma avaliação processual, realizada em três etapas com alunos e escolas cadastradas, o que permite realizar uma reflexão sobre o desempenho do estudante do ensino médio e redirecionar os estudos, caso seja necessário. As vagas de cada curso são distribuídas segundo os três sistemas de concorrência da UNB: Sistema de Cotas para escolas públicas, sistema Universal e sistema de cotas para negros; porém, a quantidade de vagas só é informada na terceira etapa quando os alunos também optam por um determinado curso. Outras instituições que utilizam o sistema seriado são: SIS – Universidade do Estado do Amazonas (UEA); SSA – Universidade de Pernambuco (UPE); PSS – Universidade Federal de Roraima (UFRR); PISM – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); SASI – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); PIAS – Universidade de Uberaba (Uniube); PAES – Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes); PAS – Fundação Armando Álvares Penteado (Faap – SP); AS – Universidade Estadual de Goiás (UEG); PSS – Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); PAS – Universidade Estadual de Maringá (UEM); PAC – Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro); PVS – Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Em 2014, a Universidade de São Paulo (USP) regulamentou o Programa de Avaliação Seriada (PASUSP) que oferece bônus, ou seja, acréscimo de nota ao aluno de escola pública no vestibular da instituição (FUVEST).

Outros nomenclaturas que o sistema recebe, além de Programa de Avaliação Seriada (PAS): Processo Seletivo Contínuo (PSC), Sistema de Avaliação Seriado (SAS), Programa de Ingresso Seletivo Misto (PISM), Programa de Ingresso por Avaliação Seriada (PIAS), Programa de Avaliação Seriada para Acesso ao Ensino Superior (PAES), Processo Seletivo de Avaliação Seriada (SASI), Programa Alternativo de Ingresso ao Ensino Superior (PAIES) e Programa de Ação Afirmativa de Ingresso no Ensino Superior (PAAES), Programa de Ingresso Seriado (PRISE), Sistema Seriado de Avaliação (SSA), Programa Seriado de Ingresso à Universidade (PSIU), Programa de Avaliação da Vida Escolar (PAVE), Programa Experimental de Ingresso ao Ensino Superior (PEIES).

1.2 Regulamentar o Vestibular por agendamento

Ao contrário do vestibular tradicional em que a instituição seleciona os melhores alunos por meio da realização de provas numa data determinada, o vestibular agendado possui data diferenciada para a aplicação da prova, com a intenção de auxiliar os alunos que não podem comparecer na data especificada, podendo o mesmo sugerir uma data. Essa alternativa é considerada vantajosa para aqueles alunos que



desejam realizar mais de um vestibular. O vestibular por agendamento pode ser manuscrito (avaliação presencial) ou virtual (avaliação remota, pelo computador), sendo que o conteúdo é o mesmo do vestibular tradicional. Algumas instituições, inclusive, aplicam a prova online.

Algumas das faculdades particulares que utilizam o sistema de vestibular agendado: Centro Universitário Newton Paiva, Faculdade Pitágoras, Faculdade Presidente Antônio Carlos (Unipac), Universidade Norte do Paraná (Unopar), Universidade Estácio de Sá, Faculdade São Salvador, Faculdade Dom Bosco, Grupo Educacional Uninter, Universidade Vale do Rio Doce (Univale).

1.3 Criar o Sistema de Seleção Unificada(SISU) Interno da Unemat

A terceira forma de ingresso proposta é a criação de um sistema de seleção semelhante ao utilizado pelo Governo Federal – o SISU -, porém apenas internamente, entre os cursos de graduação da Unemat. O candidato faz a inscrição e a prova para o vestibular da Unemat sem definir qual é o curso de seu interesse. Após a realização da prova e divulgação das notas, ele escolhe o curso, dentre os oferecidos pela instituição, de acordo com a pontuação obtida no processo de seleção.

A seleção feita desta forma possibilita que o interessado tenha mais chances de ingresso na universidade, pois sua nota pode ser insuficiente para aprová-lo em um determinado curso ou câmpus, porém em outro curso ou câmpus em que a demanda seja menor, esta mesma nota pode ser mais que suficiente para sua aprovação. Esse sistema poderia resolver até mesmo problemas como excesso de candidatos para determinado curso em algum câmpus enquanto que em outro, este mesmo curso apresenta baixa procura.

1.4 Regularizar a entrada por histórico e/ou redação

Nos casos em que não há preenchimento das vagas após todo o processo de ingresso vigente, propõe-se ainda a entrada por histórico e/ou redação, intitulado atualmente de “Vestibular por agendamento”. Esta prática já vem ocorrendo nos Câmpus da Unemat há algum tempo e tem dado bons resultados com relação ao preenchimento de vagas remanescentes na maioria dos cursos.

Na Unemat, esse tipo de entrada começou pela análise apenas do histórico escolar do candidato, depois passou a ser análise do histórico e redação e atualmente é aplicada apenas uma redação, mas ainda não há legislação que regule essa prática. Propõe-se à gestão de vestibulares da Unemat uma análise mais profunda da importância desse processo para melhor aproveitamento das vagas ofertadas semestral ou anualmente, no sentido de tomar as medidas necessárias para sua regulamentação, pois isso facilitaria sua aplicação com mais agilidade, não prejudicando tanto os ingressantes por essa modalidade, que atualmente entram na Universidade em média após um mês do início do semestre letivo.

Essa demora para ingressar prejudica o aluno e torna mais difícil sua permanência, pois em geral encontram dificuldades de acompanhar o conteúdo. Nesses casos, um programa de nivelamento aplicado por professores extensionistas, com a ajuda de



bolsistas de monitorias, se torna fundamental para dar suporte a esses alunos, evitando assim que haja um alto índice de evasão universitária.

2. Reduzir o valor da inscrição do vestibular e garantir gratuidade aos estudantes do ensino público.

Tendo em vista a finalidade precípua da Unemat da oferta de ensino superior gratuito, laico e de qualidade, indissociável da pesquisa e da extensão, e também pelo respeito aos princípios éticos e da administração pública, o respeito pela diversidade, pela pluralidade, pela igualdade de condições de acesso e permanência nas diversas modalidades de ensino oferecidas, a presente proposta visa à discussão e a inclusão de políticas de ingresso expandindo-se para a universidade como um todo. A universidade precisa garantir acesso e permanência aos alunos, em especial alunos cujas condições econômicas sejam desfavoráveis. A busca pela redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade. Ao longo deste processo de educação as formas de inserção no mundo acadêmico sempre foram realizadas com base em processos seletivos, privando do acesso ao ensino superior, em especial, os indivíduos de baixa renda os quais não possuem recursos suficientes para a inscrição e, apesar de haver possibilidade de isenção da taxa, não são suficientemente esclarecidos para organizar a documentação necessária para conseguir esse benefício, que é demasiadamente burocrático. Neste sentido, propomos, assim como acontece no ENEM, a isenção da taxa de inscrição para o aluno oriundo do Ensino Médio Público.

Este grupo social configura-se como uma grande parcela da sociedade, que tem na sua base de formação uma deficiência advinda da precariedade da educação básica a que tem acesso, quando tem, que por si configura-se como uma barreira que impede chegar à Universidade. É preciso que todas as pessoas tenham garantido o seu direito constitucional de acesso ao Ensino Superior.

Sugere-se também que o valor da taxa de inscrição do vestibular seja reduzido. Os discentes da Unemat, que são os mesmos que concorrem ao nosso vestibular, em sua maioria, são oriundos de famílias de baixa renda. Segundo o Relatório Conclusivo da auto avaliação do ciclo 2013-2015 da Universidade do Estado do Mato Grosso – Unemat, quanto à renda familiar dos alunos, observou-se que a maioria é proveniente das camadas menos favorecidas da sociedade. Quase a metade, ou 48,78%, declararam renda familiar inferior a três salários mínimos, e 35,79% declararam renda entre 3 e 5 salários. O Ministério da Educação não tem ingerência sobre os processos seletivos das instituições e elas possuem autonomia para criarem regras próprias, inclusive o valor da taxa de inscrição do vestibular. Tomando-se como exemplo o Enem, verifica-se que este sistema democratizou a participação nos processos seletivos, pois ao pagar a taxa de R\$ 82,00 e fazer a prova, o candidato teve neste ano, a possibilidade de ingressar em 128 instituições públicas de ensino superior, entre federais e estaduais, além da gratuidade garantida aos alunos advindos do ensino médio público.



3. Implementar políticas de extensão para nivelamento de pré-requisitos de ingressantes

A Universidade recebe alunos advindos do Ensino Médio que possuem graves deficiências de base e problemas de aprendizagem acerca dos conteúdos mais simples da graduação. Levando-se em conta os índices que revelam a baixa renda dos discentes, pode-se afirmar que a maior parte dos alunos ingressantes advém do ensino público. Diante disto, propõe-se a criação e regulamentação de políticas de nivelamento a partir da extensão da Universidade, por meio de um programa de extensão que ofereça cursos nas escolas públicas de ensino básico, com o objetivo de reforçar o aprendizado dos alunos da Educação Básica em quaisquer ciências, de acordo com a área de atuação do docente extensionista. Tais cursos devem atender também aqueles acadêmicos dos primeiros semestres dos diversos cursos de graduação da Unemat que apresentem dificuldades de acompanhamento do conteúdo das disciplinas. A criação e a regulamentação desse programa conferem importância aos quesitos nivelamento e acompanhamento, visto o caráter permanente de sua ação. Pode haver alternância dos docentes que se engajarem nesse programa, mas o objetivo é que ele tenha longa duração. Contudo, é natural que surjam particularidades em cada localidade, além de prováveis inovações, o que sugere a necessidade de constante revisão do programa, que abrigará um leque de projetos de extensão nas diversas áreas de atuação da Unemat. Para auxiliar o trabalho do docente, será necessário contar com monitoria de acadêmicos com bom desempenho em seu respectivo curso de graduação, que podem desenvolver trabalho voluntário ou serem selecionados por meio de edital de bolsa monitoria, também a ser regulamentada.

A presente proposta, além de seus principais objetivos, ainda possibilita outros ganhos, tais como o reconhecimento dos méritos dos acadêmicos bem sucedidos na graduação (programa de bolsa monitoria) e a possibilidade do aluno/acadêmico com má formação escolar superar essa carência e acompanhar seus colegas ao apresentar melhoras em seu desempenho nas disciplinas de graduação, aumentando sua autoestima. Tais fatores terão um efeito colateral positivo como incentivo à permanência do acadêmico, dando-lhe motivação para continuar a frequentar o curso, já que, na atuação auxiliar em sala de aula e na possibilidade de nivelamento de conhecimentos, tanto o monitor quanto o monitorado sentir-se-ão parte ativa da Universidade.

A proposição de levar cursos de extensão como nivelamento às escolas de Educação Básica e aos primeiros semestres da graduação fortalece a indissociabilidade do tripé “ensino-pesquisa-extensão”, visto que os professores que ofertarão tais cursos poderão relacionar suas atividades de extensão aos estudos dos projetos de pesquisa aos quais estejam vinculados; conseguindo maior repercussão e aproveitamento dos demais trabalhos que desenvolvem na universidade. Com isso, garante-se maior atuação da Universidade na sociedade, sobretudo na Educação Básica, possibilitando maior interação com a comunidade externa e dando maior visibilidade aos cursos de graduação ofertados pela Unemat. A comunidade na qual a



universidade está inserida poderá conhecer mais profundamente o trabalho desenvolvido pelo câmpus, resultando em aumento do interesse dos cidadãos locais pelos cursos oferecidos. A proposição da criação e regulamentação de um programa, com caráter permanente, facilitará a implantação de vestibular do tipo seriado, já que haverá acompanhamento do desempenho do aluno em seu Ensino Básico, firmando convênios com as escolas para estabelecimento de critérios de avaliação conjunta.

4. Regular o aproveitamento de cursos de extensão quando houver equivalência com disciplinas da graduação (carga horária e ementa).

A extensão, parte integrante do tripé que sustenta a Universidade, vem ganhando maior espaço por meio do Plano Nacional de Extensão. Essa Tese, em consonância com outras apresentadas por esse câmpus, faz parte de um projeto maior (a Tese do câmpus de Alto Araguaia) que pretende trabalhar a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, propondo como atividade acadêmica um projeto de extensão que envolva os alunos e a comunidade externa. Essa atividade acadêmica voltada à comunidade externa é um momento de formação que envolve os conteúdos acadêmicos e pode, inclusive, extrapolá-los, abrangendo outros além dos previstos PPC (Projeto Político Curricular) dos cursos de graduação, que possibilitem uma formação mais geral e uma construção de conhecimentos prévios necessários como embasamento a outros conteúdos. Muitos podem ser os projetos de extensão traduzidos em cursos, voltados à comunidade interna e externa, com carga horária e conteúdos bem definidos, podendo ser até maiores que os destinados às disciplinas que compõem o PPC dos cursos oferecidos pela instituição. Neste sentido, a proposta aqui apresentada visa o aproveitamento de disciplinas de extensão nos diversos cursos oferecidos pela Unemat, a partir da equivalência de carga horária e conteúdo, desde que haja o devido registro da frequência do aluno. Considerar-se-á, para tal propósito, os cursos com carga horária igual ou superior à disciplinas a serem aproveitadas, com conteúdo compatível em, no mínimo, 70%. Esse aproveitamento dar-se-á tanto nos casos em que o aluno fez o curso de extensão no Ensino Médio, quanto nos casos em que o acadêmico frequentou esses cursos paralelamente à sua frequência nas disciplinas de graduação. No caso do aluno de ensino médio, deve-se estabelecer um prazo de aproveitamento do curso de extensão de, no máximo, dois anos.

5. Fomentar políticas para que as ações de extensão priorizem a comunidade externa e educação básica

A extensão pode ser vista como elemento fundamental para a permanência dos acadêmicos na universidade, devido à integração destes com os diversos saberes produzidos, reflexionados, transformados, intercambiados entre a academia (professores e acadêmicos) e a comunidade. Retomando, novamente, o conceito de indissociabilidade, ao se estabelecer uma relação direta entre Extensão e Ensino, propõe-se que os discentes se tornem protagonistas de sua formação, seja no nível técnico como obtenção de competências necessárias à atuação profissional ou no de sua formação cidadã que lhe permite reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social. Conceber fronteiras de aprendizagem



diferentes das convencionais também tem sido nas últimas décadas uma demanda na educação de maneira geral. Algo que não é tão novo, pois Paulo Freire nas décadas 40 a 50 já propunha e executava essa tarefa. No, entanto é algo que mesmo com o passar do tempo segue encontrando muita resistência, principalmente por pensamentos e atitudes políticas conservadoras e tradicionais. O espaço da universidade, que é também um lugar de formação, promotor de reflexões e mudanças, tem acolhido essa perspectiva de romper com as paredes e muros que aprisionam e distanciam os conhecimentos e saberes. E a extensão vem se tornando umas das ferramentas demolidoras dessas barreiras físicas, dogmáticas e imaginárias que permeiam o processo de educação no Brasil.

Com essas proposições, busca-se fomentar políticas para que as ações de extensão priorizem a comunidade externa e educação básica, apresenta-se as seguintes questões problemáticas: observa-se que há número considerável de projetos de extensão desenvolvidos na instituição que agem hermeticamente, ou seja, se fecha para a própria universidade, ferindo duas das diretrizes de políticas nacionais para extensão apresentadas acima (interação dialógica e impactos e transformação social); observa-se também que parte considerável dos projetos de extensão não atuam diretamente com ou na educação básica, o que provavelmente contribui para um *déficit* no desenvolvimento de uma cultura extensionista e de pesquisa na universidade, que de forma cíclica receberá e formará alunos que desconhecem e ou que não estarão motivados por ou para estas práticas.

O Plano Nacional de Extensão de 2001, ao propor suas metas no quesito Articulação com a Sociedade referência claramente o desenvolvimento de programas de extensão ligados à ampliação da oferta e melhoria da qualidade da educação básica. Outro documento, Políticas Nacionais para Extensão Universitária (2012) que atualmente fomenta as políticas e ações de extensão também apresenta como um dos princípios básicos norteadores que a atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica, por meio de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania.

A partir desta meta e deste princípio norteador, baseando-se na perspectiva do processo cíclico da educação, destaca-se a importância da atuação direta de projetos de extensão e pesquisa da universidade na ou com escolas e/ou instituições de educação básica, pois entende-se que assim se atenderá demandas de ambos seguimentos, além do fortalecimento e solidificação de uma cultura de extensão e pesquisa no estado ou na região que se situa a universidade. Ou seja, a universidade atuando com ou nas instituições de ensino básico afim de solucionar ou minimizar os problemas educacionais, sociais, etc. demandados por estas, também se beneficiará ao receber futuros acadêmicos motivados e habituados às atividades de extensão e também pesquisa. Para que se possa colocar em prática políticas, planos e projetos de extensão como apresentados nesta fundamentação, é importante que a universidade aja de maneira contundente com os demais seguimentos educacionais e sociais, é preciso comprometer-se com a educação e com a sociedade, mas não apenas formando cidadãos habilitados para o mercado de trabalho, formando profissionais



“críticos”, comprometidos com o desenvolvimento social, cultural e político do estado, região e do país.

Destaca-se novamente que é preciso estimular e valorizar os programas ou projetos de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade, atividades de extensão que impliquem em relações *multi*, *inter* e ou transdisciplinares e interprofissionais de diversos seguimentos da universidade com a sociedade, principalmente na educação básica. Esta Tese busca apresentar propostas e discutir conceitos sobre as formas de ingresso e permanência nos cursos ofertados pela Unemat, e as práticas de extensão é uma excelente aliada desse processo. Espera-se que as proposições aqui apontadas contribuam para que o III Congresso Universitário seja um rico espaço de debate e oportunidade de avanço e crescimento dessa universidade, cada vez mais importante no cenário do ensino superior do estado de Mato Grosso e do Brasil.

A escolha do eixo extensão, com repercussão no Ensino e na Pesquisa, deu-se porque é preciso pensar que a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão deve ser uma realidade em qualquer curso de graduação, em qualquer modalidade. Os proponentes desta Tese compreendem que esta proposta tem grande importância e atualidade para a Universidade, pois está diretamente ligada à qualidade da formação acadêmica dos alunos; atualmente, da forma como os cursos Parceladas se realizam na Unemat, eles não promovem a Pesquisa e a Extensão, distorcendo a visão do acadêmico, que passa a entender a Universidade como um estabelecimento de Ensino; essa visão é redutora e não condiz com o papel que a Unemat desempenha no Mato Grosso, como difusora de Ciência e Tecnologia, por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Institucionalmente, os proponentes entendem que a viabilidade enquanto melhoria institucional desta proposta dá-se por meio da formulação de Editais Seletivos, que devem reservar um percentual (sugere-se 20% no total) para Professores Pesquisadores, da Unemat ou de outra IES, vinculados ou não a um Programa de Pós-Graduação, mas com Pesquisa Institucionalizada. Esses professores, além do pagamento pelos trabalhos de Ensino, devem receber uma Bolsa, a fim de oferecerem um Projeto de Extensão, relacionado à sua Pesquisa. Entende-se que a relevância teórica e prática desta proposta se reverterá obviamente, e em primeiro lugar, na formação do aluno, pois ele terá oportunidade de se envolver com atividades de formação, mas não necessariamente de Ensino. As razões para sua implantação estão mais uma vez voltadas para o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, que deve ser preservado e respeitado, como característica primordial de toda Universidade Pública.

As Universidades Públicas constituem espaços de produção de conhecimento, em todas as áreas, orientando suas ações em três eixos que se inter-relacionam entre si: Ensino, Pesquisa e Extensão. Tradicionalmente, compreende-se a Extensão Universitária como um conjunto de ações que se estende da Universidade para a Comunidade Acadêmica, com o objetivo de difundir conhecimentos, prestar serviços, estimular a produção de bens culturais e preservar a memória e as tradições. A Extensão, neste sentido, constitui um elo com sociedade, visto que, por meio de ações extensionistas, contínuas ou eventuais, compartilha-se com as comunidades interna e



externa o conhecimento adquirido e acumulado no Ensino e na Pesquisa. Em decorrência dessa ligação com a comunidade externa, a Extensão exerce uma forte função social, que promove ações afirmativas e atividades de desenvolvimento social. A Extensão Universitária ganhou destaque no meio acadêmico a partir da década de 1980, com o processo de redemocratização do Brasil. Conforme Nogueira (s/d, p. 57): “No contexto de abertura política, os segmentos universitários – docentes, servidores técnico-administrativos e discentes –, além da sociedade civil em geral, passaram a discutir a Universidade como instituição pública e estatal, cobrando dela o seu compromisso com setores menos favorecidos da população”. Na ponta do Ensino e da Pesquisa, a Extensão Universitária beneficia, de um lado, a sociedade, com prestação de serviços, atendimento social e sanitário, atividades culturais e outros; de outro lado, a Extensão beneficia a própria Universidade, que ratifica um caminho dialético em que se encontram a teoria e a prática. Desta maneira, a Extensão constitui uma importante atividade acadêmica, que se coloca na condição de difusão e compartilhamento de conhecimentos e, de acordo com o que preconiza o Artigo 207 da Constituição Brasileira, Ensino, Pesquisa e Extensão devem receber tratamento igual ao dispensado ao Ensino e à Pesquisa. O mesmo documento adverte que a Extensão Universitária é um processo educativo, que “promove a formação humana e cognitiva do aluno”. De acordo com o texto de Política Nacional de Extensão Universitária, redigido pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) em 2012, já não caber mais referir-se a extensão como elemento extracurricular ou coadjuvante no processo de concepção e formação universitária. Segue abaixo parte do texto para elucidação da afirmação.

Assim, no início da década de 2000, a Extensão Universitária já havia adquirido significativa densidade institucional, no que se refere à Constituição de 1988, à legislação federal e regulamentações do FORPROEX. Estava superada a concepção de que a Extensão Universitária seria simplesmente um conjunto de processos de disseminação de conhecimentos acadêmicos por meio de cursos, conferências ou seminários; de prestações de serviços, tais como, assistências, assessorias e consultorias; ou de difusão de conhecimento e cultura por meio de eventos diversos e divulgação de produtos artísticos. A Extensão Universitária tornou-se o instrumento por excelência de inter-relação da Universidade com a sociedade, de oxigenação da própria Universidade, de democratização do conhecimento acadêmico, assim como de (re)produção desse conhecimento por meio da troca de saberes com as comunidades. Uma via de mão-dupla ou, como se definiu nos anos seguintes, uma forma de “interação dialógica” que traz múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria Universidade Pública. (FORPROEX, 2012, p. 10).

Além de ser tornar uma excelência na inter-relação entre a universidade e a sociedade/comunidade, a extensão também pode ser vista como item fundamental para a permanência dos acadêmicos na universidade, devido ao seu fator integrador dos diversos saberes produzidos, reflexionados, transformados, intercambiados entre a academia, acadêmicos e comunidade. É perceptível observar nos universitários participantes de projetos de extensão, pesquisa, eventos, etc. um perfil mais comunicativo, mais dinâmico, participativo e crítico no universo acadêmico. Além de



mais motivados e integrados ao processo de formação, pois muitos têm a oportunidade de potencializar saberes e habilidades próprias dependendo as atividades de extensão que atuam. Por isso ressalta-se que a universidade não deva somente formar ou capacitar pessoas para o mercado de trabalho, mas também formar seres humanos aptos a atuarem tanto para o bem-estar pessoal quanto para o bem-estar social, cultural, político e econômico de sua região e país. Ao se estabelecer uma relação entre Extensão e Ensino, propõe-se que os acadêmicos se tornem protagonistas de sua formação, seja no nível técnico como obtenção de competências necessárias à atuação profissional ou no de sua formação cidadã que lhe permite reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social. Dessa maneira, emerge um novo conceito de 'sala de aula', que não mais se limita ao espaço físico tradicional de ensino-aprendizagem. 'Sala de aula' são todos os espaços, dentro e fora da Universidade, em que se apreende e se (re)constrói o processo histórico-social em suas múltiplas determinações e facetas. O eixo pedagógico clássico 'estudante - professor' é substituído pelo eixo 'estudante – professor- comunidade'. (FORPROEX, 2012, p. 19).

Conceber fronteiras de aprendizagem diferentes das convencionais também tem sido nas últimas décadas uma demanda na educação de maneira geral. Algo que não é tão novo, pois Paulo Freire nas décadas 40 a 50 já propunha e executava essa tarefa. No, entanto é algo que mesmo com o passar do tempo segue encontrando muita resistência, principalmente por pensamentos e atitudes políticas conservadoras e tradicionais. O espaço da universidade devido ser diretamente um lugar de formação e promotor de reflexões e mudanças têm acolhido essa perspectiva de romper com os paredes e muros que aprisionam e distanciam os conhecimentos e saberes. Por essa razão a extensão tem se tornando ferramenta demolidora dessas barreiras físicas, dogmáticas e imaginárias que permeiam o processo de educação no Brasil. No texto Política Nacional da Extensão Universitária também se pode encontrar referências da indissociabilidade entre Extensão e Pesquisa, principalmente, no vislumbre da pesquisa-ação. Outras perspectivas entre essa relação são:

O primeiro refere-se à incorporação de estudantes de pós graduação em ações extensionistas. Essa importante forma de produção do conhecimento – a Extensão Universitária – pode e deve ser incorporada aos programas de mestrado, doutorado ou especialização, o que pode levar à qualificação tanto das ações extensionistas quanto da própria pós-graduação. O segundo desenvolvimento que aqui se defende é a produção acadêmica a partir das atividades de Extensão, seja no formato de teses, dissertações, livros ou capítulos de livros, artigos em periódicos e cartilhas, seja no formato de apresentações em eventos, filmes ou outros produtos artísticos e culturais. (FORPROEX, 2012, p. 20).

Na Unemat, a extensão é orientada pela Resolução No 017/2013 – CONSUNI, que regulamenta a política de Extensão na instituição, apresentando objetivos, caracterizando diferentes ações extensionistas e definindo os papéis das instâncias e dos agentes da Extensão. De acordo com essa Resolução 017/2013-CONSUNI, as ações podem ser em formato de Programa, Projeto, Cursos, Eventos e Disciplinas.



Toda a importante articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão percebida nos cursos regulares não acontece nos cursos oferecidos pelo Programa Parceladas: os alunos não têm acesso a projetos desenvolvidos à luz de uma pesquisa, nem como protagonistas nem como coadjuvantes de projetos que visam à difusão de conhecimentos, ou à prestação de serviços comunitários, ou ao estímulo de produção de bens culturais ou ainda à preservação da memória e das tradições populares. Isso é possível, se o Programa Parceladas estabelecer parcerias viáveis com os Programas de Pós-Graduação, de forma que Docentes e Mestrandos e Doutorandos possam desenvolver atividades extensionistas nas Parceladas, de forma que Ensino, Pesquisa e Extensão possam ser de fato um eixo indissociável em todos os cursos, de todas as modalidades.

Para a promoção da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão junto às Modalidades de Cursos Diferenciados da Unemat propõe-se a criação de um mecanismo que promova a Pesquisa nos Cursos Parceladas. Esta Tese toma como base fundamental o princípio que rege todas as Universidades: o princípio da indissociabilidade entre Ensino Pesquisa e Extensão. Essa premissa abre o Estatuto da Unemat (texto grifado):

*A Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat, pessoa jurídica de direito público da administração indireta, instituída pelo Poder Público Estadual, criada sob a natureza de Fundação Pública, pela Lei Complementar Estadual nº. 30, de 15 de dezembro de 1993, modificada pela Lei Complementar nº 319, de 30 de junho de 2008, com sede administrativa e foro no município de Cáceres/MT, com estrutura *multicâmpus* e atuação em todo o Estado de Mato Grosso, é uma entidade sem fins lucrativos e com duração indeterminada, dotada de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão patrimonial e financeira, *obedecendo ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão*, e reger-se-á por este Estatuto, por seu Regimento Geral e pelas leis federais e estaduais disciplinadoras do ensino superior (ESTATUTO Unemat, Título I Da Instituição, Capítulo I Da Natureza Jurídica, Artigo 1º).*

Não se questiona a aplicação desse princípio na dinâmica dos cursos ofertados em modalidade regular na Unemat. Todavia, o Programa Parceladas, no modelo em que se desenvolve hoje, não cumpre o princípio da indissociabilidade, visto que sua ênfase é prioritariamente o Ensino. De acordo com informações colhidas na página da Unemat:

O Programa Parceladas foi criado em 1992 como uma modalidade diferenciada de ensino, com o objetivo de atender inúmeras demandas de formação docente em diferentes regiões do estado de Mato Grosso. Os cursos são presenciais, alguns em regime parcelado e outros em regime contínuo, ofertados em rede continuada, para a formação em serviço de servidores públicos da educação básica do Estado de Mato Grosso³.

Criado em 1992, em 2017 o Programa Parceladas completa vinte e dois anos de serviços prestados a várias regiões de Mato Grosso, atendidas em sua urgência de formar profissionais para atender às demandas de diversas frentes de trabalho,

³ Disponível em <http://www.Unemat.br/proeg/parceladas/?link=apresentacao>. Último acesso em 29.abril.2017.



principalmente a Educação. Porém é preciso pensar que o formato atual não abre espaço para a Pesquisa, como também não abre espaço para a Extensão. Com ênfase no Ensino, os cursos de graduação correm risco de se tornarem tecnicistas. Não se questiona o modelo Parceladas, inovador em sua proposta que visa a democratização do Ensino Superior. Afinal,

Em consonância com os objetivos do PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica), a Unemat, por meio do Programa Parceladas, tem como meta induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional “LDB e contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica no País⁴.

Questiona-se, porém, o alijamento de dois eixos importantes na formação acadêmica do aluno: a Pesquisa e a Extensão. Cabe à própria Universidade constituir caminhos que possam elevar o Ensino das Parceladas, oferecendo ao aluno a possibilidade de participar de projetos de Pesquisa, os quais, de uma forma ou outra, promovem também os Projetos de Extensão e ações de extensão. Em Alto Araguaia, em seu próprio Câmpus, no ano de 2017, desenvolvem-se – além dos Cursos regulares de Letras, Computação e Jornalismo (em transição para outro Câmpus) – dois Cursos na modalidade Parceladas: duas turmas de Direito e uma turma de Pedagogia. Também ligados ao Câmpus de Alto Araguaia, dois cursos seguem em Itiquira, na modalidade Parceladas: um Curso de Pedagogia e um Curso de Ciências Contábeis. A perspectiva é que em 2018, o Câmpus de Alto Araguaia tenha pelo menos mais três turmas do Curso de Direito atendidas na modalidade Parceladas: duas turmas em Alto Araguaia e uma turma no Núcleo de Rondonópolis. Essa é a realidade posta hoje no Câmpus de Alto Araguaia: os cursos em modalidade Parceladas superam os cursos regulares. Dessa maneira, acompanhando o dia-a-dia dessas turmas, compreendendo a sua dinâmica, foi possível perceber que esses cursos apresentam fragilidades que precisam ser corrigidas. Uma dessas fragilidades é a ausência de Pesquisa.

Sabe-se que, nos Cursos Regulares, os alunos são indiretamente atendidos pela Pesquisa, desde que tenha Professores Pesquisadores em seus quadros: pelo recorte teórico e crítico das referências bibliográficas, pelo conhecimento específico compartilhado em sala de aula e outros, ou *diretamente atendidos*, com oferta de Bolsas de Iniciação Científica, por meio de eventuais editais de bolsa. Tudo isso funciona em um curso regular, mas não funciona para os Cursos Parceladas, cuja forma de seleção de docentes dá-se por editais que exigem mínima qualificação do professor. Compreendendo que o Programa Parceladas precisa melhorar nesse aspecto e, compreendendo também que o programa possui diferentes formatos de calendário acadêmico, os proponentes desta Tese, propõem uma alternativa para minimizar o problema da Pesquisa nessa modalidade de ensino: uma reserva de 20% no total das disciplinas, para Professores Pesquisadores. Essa é maneira de garantir o vínculo formal, que necessariamente pela Docência, entre Ensino e Pesquisa em sala de aula, mesmo que apenas indiretamente. Os proponentes defendem essa proposta, pois

⁴ Disponível em <http://www.Unemat.br/proeg/parceladas/?link=apresentacao>. Último acesso em 29.abril.2017.



entendem que os alunos das Parceladas precisam ter acesso à Pesquisa, a fim de amadurecer a sua visão de conhecimento e de produção de conhecimento. A pesquisa abre caminhos para a transformação social. Se inseridos apenas em contexto de Ensino, como ocorre no atual modelo, a formação acadêmica dos alunos ficará aquém de seu ideal. A página da Unemat, na sessão Pós-Graduação, apresenta uma expansão dos Programas de Pós-Graduação na instituição:

A pós-graduação *stricto sensu* da Unemat teve seu início em 2006, e a partir deste ano, presenciou um crescimento expressivo, atendendo diversas áreas do conhecimento, em atendimento às demandas regionais do Estado e internas da instituição, contribuindo para o fortalecimento dos câmpus universitários, disseminando conhecimento e pesquisa a todo o território nacional. Atualmente a Unemat conta com 19 Programas de Pós-graduação Stricto Sensu aprovados pela Capes. Estes programas contemplam 23 Cursos, sendo 16 Mestrados (11 acadêmicos e 05 mestrados profissionais em rede), bem como 07 doutorados, sendo 04 doutorados institucionais e 03 doutorados em rede. (Atualizado 02/2017)

Com a expansão dos Programas de Pós-Graduação na Unemat, com Docentes ligados a diversos Programas, e com Mestrados e Doutorandos participando de Pesquisas importantes para o desenvolvimento científico, social, cultural, tecnológico do Estado de Mato Grosso, entendemos que é possível estreitar os laços entre os Programas de Pós-Graduação com os Cursos Parceladas, ampliando o potencial de pesquisa dos programas e melhorando o nível de formação acadêmica das Parceladas. É uma forma de superar problemas internos com articulação por meio de editais e de parcerias, conforme advertem Mello, Almeida Filho e Janine Ribeiro: “Cabe à instituição acadêmica, matriz dessa mudança paradigmática, promover modelos mais abertos, interdisciplinares e engajados de processos educativo, cultural e científico”⁵.

Dessa maneira, essa proposta se justifica a partir de cada um de seus objetivos. O primeiro deles diz respeito à inserção de Pesquisa e/ou Pós-Graduação a partir da fixação de pelo menos 20% do quadro docente que sejam professores Assistentes e/ou Adjuntos vinculados, preferencialmente, à pós-graduação, que possam fomentar a Pesquisa. O segundo, busca promover a Pesquisa na modalidade de Ensino Diferenciado. E o último, dar prioridade aos professores dos Programas de Pós-Graduação da Unemat e de outras instituições a participarem dos editais seletivos dos Cursos de Modalidade Diferenciada.

No que se refere à relevância teórica e prática dos objetivos propostos tem-se que o Ensino Superior precisa se adaptar às novas demandas da sociedade brasileira, afetada por uma série mudanças, dentre as quais a cobertura pela rede ubíqua da internet. Dessa maneira, têm surgido várias modalidades de Ensino com aporte na Internet. A Unemat oferece algumas modalidades especiais de Ensino de Graduação, dentre as quais os Cursos Parceladas. Essa modalidade Especial de Ensino, Parceladas,

⁵ MELLO, Alex Fiúza de; ALMEIDA FILHO, Naomar de; RIBEIRO, Renato Janine. Por uma universidade socialmente relevante. In: *Atos de Pesquisa Em Educação* – PPGE/ME FURB. ISSN 1809– 0354 v. 4, nº 3, p. 292-302, set./dez. 2009.



constitui uma importante maneira de levar o Ensino Superior às regiões mais distantes do Estado de Mato Grosso, porém, o grande problema dessa modalidade é o alijamento da Pesquisa e da Extensão. Essa realidade afeta diretamente na formação acadêmica: o aluno, de maneira geral, compreende a Universidade como um estabelecimento de Ensino, apenas, como ocorre no Ensino Médio. Nesse sentido, entende-se que é preciso agir sobre a Modalidade de Ensino Parceladas. A proposta é que os Editais de Seletivo reservem um percentual de vagas (sugere-se aqui pelo menos 20%) para Professores Pesquisadores, de preferência vinculados a Programas de Pós-Graduação. Essa é uma maneira de estender para os acadêmicos dessa modalidade de Ensino, os Projetos de Pesquisas que se desenvolvem nos programas da Unemat e em outras instituições.

Os principais aspectos dessas proposições são referentes à participação de professores pesquisadores junto a uma coordenação que integre o tripé: ensino, pesquisa e extensão. Isso ocorreria com o oferecimento de palestras, cursos e atividades avaliativas de gênero de escrita acadêmica (fichamentos, resenhas, produção de artigos científicos entre outros), além de proporcionar eventos de divulgação de pesquisa e de poder ser contemplado com Bolsas de Produção Científica (a ser regulamentada). No tocante à participação do acadêmico, este passaria a vivenciar experiências acadêmicas e científicas, as quais, normalmente, não têm sido oferecidas a esta clientela. Esta proposição possibilitaria o oferecimento de Bolsas de Iniciação Científica (a ser regulamentada). Razões fundamentais para implementação desta Tese. Outro aspecto desta Tese é o oferecimento de Programas de Pós-graduação *Lato Sensu* nas áreas afins, sejam para atender demandas imediatas, assim como demandas futuras. Tal proposta proporcionaria o fortalecimento do *Câmpus* ou Núcleo, no tocante a planejamentos plurianuais.

A permanência do aluno nos cursos de graduação tem-se tornado um desafio para todas as Universidades. A evasão das Instituições de Ensino Superior têm, via de regra, conexão com as condições financeiras dos alunos, os quais precisam trabalhar para provimento do próprio sustento e, muitas vezes, da família. A Unemat possui uma Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), voltada para assuntos relacionados à Assistência Estudantil, a qual visa “garantir aos estudantes uma permanência digna na Universidade, oferecendo a eles programas que vão desde o auxílio alimentação (ajuda de custo ou Restaurantes Universitários)”. Não pretende ser apenas assistencialista, mas também “inserir o cotidiano do aluno na instituição ou vice-versa”⁶. Estudos de metodologia mista, quantitativa e qualitativa, já foram empreendidos neste sentido. Andrés (2011, p. 5) mostra que grande parte do aluno, por exemplo, desloca-se para fazer um curso de graduação:

35% dos estudantes se deslocam de seu contexto familiar ao ingressarem na universidade, apresentando, portanto, necessidade de moradia e de apoio efetivo. No que concerne à alimentação, o Restaurante Universitário (RU) constitui importante instrumento de satisfação de uma necessidade básica,

⁶ Disponível em: <http://portal.Unemat.br/?pg=site&i=prae&m=apresentacao>. Último acesso em 05.05.2017.



educativa, de ação social e de convivência universitária para 19% dos estudantes pesquisados.

E o problema não restringe às Universidades Públicas, também acontece nas Universidades de iniciativa privada. Por isso, o governos federal, estaduais e municipais têm desenvolvido programas de ação afirmativa no ensino superior, de modo a promover a permanência do aluno nos cursos de graduação. Cada instituição, vive sua própria realidade, por isso, as soluções são diversas. Mas o fato é, lembra (Andrés (2011, p. 6), que:

Sejam elas públicas (federais, estaduais ou municipais) ou privadas (com ou sem fins lucrativos), universidades, centros universitários, institutos ou faculdades, as IES brasileiras vêm então desenvolvendo à moda própria seus projetos e programas de assistência estudantil, nos quais os itens mais presentes são o apoio à alimentação e as bolsas parciais/integrais de estudo, programas estes com condições de admissão variadas conforme as respectivas normativas internas.

As proposições aqui apresentadas têm como finalidade retomar um aspecto humanista da formação acadêmica do aluno: relacionar-se de forma positiva e colaborativa com as comunidades mais vulneráveis da sociedade. Esta proposta refere-se pontualmente a dois grupos comunitários: as *comunidades de resistência*, representadas aqui por quilombolas, aldeias indígenas e assentamentos, e as *instituições de assistência social*, compreendidas aqui como asilos, orfanatos, casas de reabilitação social, casas de repouso, hospitais e outras instituições que recebem indivíduos com necessidades de assistência física, psicológica ou mental. A ideia é resistir a uma tendência que, de certa forma distorcida, estuda as comunidades de resistências por meio de livros e artigos científicos. É preciso se aproximar delas, vivenciar seu cotidiano e sondar seus anseios com uma finalidade propositiva e transformadora.

Pretende-se, como Política Estudantil, despertar o desejo do acadêmico permanecer no curso pela descoberta de razões não financeáveis: a consciência do poder de transformação social que cada curso tem, seja de licenciatura, seja de bacharelado. O acadêmico verdadeiramente envolvido em seu curso de graduação, se esforçará ao máximo para nele permanecer e dele construir sua carreira; desta ideia, vem a proposta de propiciar aos alunos o desenvolvimento de Projetos de Extensão, como proponentes, em *comunidades de resistência* ou em *instituições de assistência social*, a fim de constituir uma esfera de vivência social autêntica junto a essas comunidades. A criatividade e a iniciativa podem gerar, na vida profissional futura desses alunos, projetos maiores. Para estimular o aluno, esta proposta entende que os proponentes devem receber subsídio de uma Bolsa, provisoriamente aqui chamada de Bolsa Criatividade, sob a supervisão de um Professor Orientador. Entende-se que esta proposta é grande importância e atualidade, visto que um dos maiores problemas das Universidades Pública é a evasão de alunos, um problema que não se consegue combater apenas com ajuda financeira, mas também com o engajamento espontâneo com as demandas sociais. Dessa maneira, esta proposta promove melhorias institucionais, uma vez que se trata de uma Política Estudantil que impacta



diretamente no eixo ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO, em toda a extensão teórica e prática, o que oferece razões para sua implantação.

Estrutura Organizacional igual em todos os câmpus

A estrutura organizacional de uma instituição define e reproduz a forma como são dispostas as atividades desenvolvidas por esta. Segundo Hall (2004), as estruturas organizacionais executam três funções básicas que são produzir resultados organizacionais, minimizar a influência das variações individuais na organização e apresentar um cenário no qual as decisões são tomadas e as atividades realizadas. A Universidade do Estado de Mato Grosso apresenta um desenho institucional de estrutura *multicâmpus* e sede administrativa. Os *câmpus* da Unemat são localizados em diferentes pontos do estado e visam, em sua concepção inicial, atender a população do interior do Estado de Mato Grosso. Porém, ao observarmos o organograma da instituição verificamos que não existe uma relação dialógica entre a estrutura de seus *câmpus*. Compreendemos que, ressaltando a estrutura física, os *câmpus* da Universidade necessitariam apresentar uma equidade de setores, conselhos, assessorias, etc. Enfim, todos os seus *câmpus*, independentemente do tamanho e/ou número de cursos, deveriam apresentar uma estrutura organizacional idêntica, visando garantir um padrão de qualidade mínimo e congêneres entre os mesmos. Este modelo de estrutura já é utilizado em outras universidades, destacando o exemplo da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, com *câmpus* nos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Esta Universidade utiliza em seu modelo de estrutura um padrão onde os órgãos administrativos e deliberativos constantes para garantir o bom funcionamento e desenvolvimento institucional da UFFS estão presentes igualmente na sua base, os *câmpus*, garantindo representatividade e condições de gestão equitativas em todos os *câmpus* da universidade.

Para Almeida Júnior; Tosta (2011), esse aspecto é bastante interessante porque confere maior possibilidade de planejamento transversal e desenvolvimento institucional de modo equânime entre os *câmpus*, evitando disputas muitas vezes corporativas pelo poder e por maiores recursos. Em resumo, não se estabelece a priori a relevância de determinado *câmpus* em relação ao outro, o que evita a possibilidade de *câmpus* desenvolvido e outro menos desenvolvido numa mesma universidade. Ressalta-se ainda, que a partir da adoção de um sistema estrutural único, devemos buscar mecanismos que garantam de fato sua implementação em todas as unidades existentes e nas que ainda estão sendo estudadas as possibilidades de implantação. Em se falando de estrutura, não devemos nos esquecer dos recursos humanos necessários ao bom andamento dos trabalhos dentro de qualquer instituição. Para que se possa ter uma gestão eficiente destes recursos é necessário que se faça um planejamento de suas necessidades: “O planejamento de recursos humanos representa um processo de decisão a respeito dos recursos humanos necessários para atingir os objetivos organizacionais dentro de determinado tempo” (CHIAVENATO, 2009, p. 28). Este planejamento deve contemplar todas as áreas de uma organização e também todas as atividades desenvolvidas dentro da instituição.



Na Universidade do Estado de Mato Grosso, quando se pensa a abertura de um *câmpus* ou mesmo um curso novo em um *câmpus* já existente, é feito um planejamento dos recursos financeiros, estruturais e humanos necessários ao bom andamento do projeto. No entanto, em se tratando de recursos humanos, estas programações se atêm apenas ao corpo docente imprescindível para que se coloque em prática o objetivo proposto, não levando em consideração a demanda de profissionais técnicos para o desenvolvimento das atividades pertinentes aos mesmos, tarefas estas indispensáveis e tão relevantes quanto as demais dentro da instituição. A proposta de que se faça um planejamento, ou que se vislumbre no planejamento existente, toda mão de obra essencial para a abertura de novos cursos e/ou *câmpus* visa corrigir esta dissonância além de possibilitar que as incumbências pertinentes a cada servidor sejam realizadas de acordo com a necessidade e urgência das mesmas.

Funcionograma

O estabelecimento claro das funções a serem desempenhadas por cada colaborador dentro de determinado setor em uma organização sempre foi um desafio para seus gestores. No entanto este fator é de crucial importância para que se obtenha sucesso na realização das atividades propostas por cada instituição. Para Chiavenato (2016, p. 6):

As organizações são criadas para produzir algo: produto ou serviços. [...]. Podem funcionar somente quando as pessoas estão em seus postos de trabalho e desempenham adequadamente os papéis para os quais foram selecionadas, admitidas e preparadas. Para tanto, as organizações delinham sua estrutura formal, definem órgãos e cargos e preestabelecem, com maior ou menor volume de regras burocráticas, os requisitos necessários e as atribuições a serem concedidos aos seus membros (CHIAVENATO, 2016, p. 6).

Ainda segundo o Autor, é necessário que a organização tenha um desenho de cargos cujo principal objetivo é estabelecer quais as tarefas que o ocupante de cada setor deve desempenhar e quais os métodos de trabalho devem ser utilizados. Na Universidade do Estado de Mato Grosso, apesar das qualificações necessárias para a ocupação de um cargo e as funções que cada servidor deve realizar no ambiente de trabalho serem definidas no edital do concurso, estas se apresentam de forma generalizada dando margem a várias formas de interpretação. As tarefas de responsabilidade de cada colaborador não são apresentadas de forma explícita, podendo ocasionar equívocos sobre o que de fato é a sua função e o que é incumbência de outra pessoa.

Portanto, a proposta de instituir um funcionograma, que apresente de forma clara e detalhada as atribuições de cada indivíduo dentro da instituição, tem como objetivo sanar eventuais distorções e/ou controvérsias no processo produtivo, principalmente no que se refere às obrigações outorgadas a cada um, visando proporcionar uma melhor relação entre os setores e garantir a eficiência e eficácia pertinentes ao serviço público.



Políticas de Financiamento

Nos últimos anos a crise econômica vem assolando os Governos Federais, Estaduais e Municipais resultando na contenção dos gastos públicos (como a Emenda Constitucional 95/2016, que limita os gastos do governo por 20 anos, incluindo a educação a partir de 2018). Com este cenário a previsão é que os recursos para Instituições de Ensino Superior Públicas apresentem uma redução, propiciando um arrocho e possível crise na sustentação das Universidades. A Universidade do Estado de Mato Grosso obtém recursos financeiros por meio de repasses do Governo Estadual garantidos através da Emenda Constitucional 66 de 03/07/2013 (fixando o percentual de 2,5% da Receita Corrente Líquida do Estado de Mato Grosso até 2018), além de recursos advindos de fontes externas como FAPEMAT, FINEP, CNPq e CAPES, sendo que nossa maior parcela de recursos advém do Governo de Mato Grosso e pode oscilar conforme sua arrecadação. Em matéria publicada no Jornal da Unesp, o cientista político Marco Aurélio Nogueira expõe que “o problema é que a universidade tem gastos progressivamente crescentes e precisa buscar outros recursos”⁷.

Essa tese fundamenta-se na parceria público-privada tendo em vista a redução de investimentos públicos e a diversificação de fontes de financiamento. De acordo com o relatório do Banco Mundial (1995), “a experiência demonstra que se quer que as instituições estatais melhorem sua qualidade e eficiência, os governos deverão efetuar reformas importantes no financiamento a fim de mobilizar mais recursos privados para o ensino superior em instituições estatais (...) de várias maneiras: (...) utilização de fontes externas; realização de outras atividades que gerem receitas” (apud CHAVES, 2015). A fim de ampliar a captação de recursos, sugerimos a geração de recursos próprios por meio da: prestação de serviços técnicos a outros órgãos/empresas; fabricação de produtos para venda a terceiros ou para o atendimento de demandas internas; realização de convênios com outras instituições que propiciem, por meio de parcerias, a melhoria da estrutura física dos *câmpus*. Dessa forma teríamos um complemento de receitas através de recursos diretamente arrecadados.

Baseamos esta ideia na experiência da Universidade de Brasília, na qual seu orçamento é composto, além dos Recursos do Tesouro Nacional, de receitas oriundas da prestação de serviços e produção de bens e de convênios celebradas com instituições públicas e privadas. De acordo com o Relatório Parcial de Gestão 1997-2000 da Universidade de Brasília, no ano de 2000 a distribuição do orçamento da UnB ficou da seguinte forma: 66,7% advindo do Tesouro Nacional, 26,1% da arrecadação própria (prestação de serviços e venda de produtos) e 7,2% de Convênios⁸. A viabilização de negócios e trabalhos conjuntos, além de se apresentar como uma alternativa de financiamento promove uma conquista maior do mercado de serviços e da interação com a comunidade, trazendo acima de tudo a visibilidade para a

⁷ D'AMBROSIO, Oscar. Universidade Pública: Há um futuro para ela?. Disponível em: <http://www.unesp.br/aci/jornal/148/unipubli.htm>. Último acesso em 03.Mai.2017.

⁸ Disponível em: <http://unb2.unb.br/contasanuais/downloads/relatoriodegestao2003.pdf>. Último acesso em 03.05.2017.



Universidade. Neste sentido, o reitor da UNESP, Antonio Manoel dos Santos Silva⁹, em matéria publicada no Jornal da Unesp salienta que:

A universidade não pode se recusar a ter uma relação mesmo que crítica, com o mundo do mercado. Isso inclui as empresas, indústrias e bancos que o integram. Se não fizer isso, ela se omitirá de um problema social sério, que é a formação das elites empresariais e das pessoas que trabalham nessas empresas que visam ao lucro. A universidade não pode ser crítica só formando os críticos da sociedade do lucro. Ela precisa exercer a crítica atuando no mundo do lucro.

Eixo Temático: Graduação

Tema proposto:

a) Cursos de baixa demanda na Unemat

A democratização do acesso ao ensino superior segundo a Lei N. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes Básicas – LDB do Ensino Superior) tem como premissas básicas a ampliação do número de vagas e a rediscussão dos exames vestibulares. Os resultados das políticas de democratização do acesso ao ensino superior implantadas pelo governo houve a abertura de novos cursos, ampliação dos existentes, além do crescimento contínuo de IES privadas em todo território nacional, para atendimento da demanda comunitária por cursos universitários.

Para Carmo et al. (2014, p. 309) “o que de fato esta medida alcançou foi o crescimento na oferta do ensino, sem o devido acompanhamento das atividades de pesquisa e extensão” Em síntese a simples ampliação da oferta de vagas, mediante a abertura de novos cursos/IES, além da ampliação dos existentes, não é condição suficiente para democratização do acesso ao ensino superior. É preciso considerar também as particularidades e anseios dos demais segmentos no processo de formação da educação superior.

A forma de ingresso no ensino superior afeta também a demanda pelos cursos. A Unemat aderiu como critério parcial de seleção no primeiro semestre de cada ano a utilização da nota do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM/ Sistema de Seleção Unificada - SISU para ingresso no primeiro semestre de cada ano, em substituição ao vestibular tradicional que ocorre para ingresso no segundo semestre letivo. Como há outras opções de ingresso na Universidade e outras instituições também aderiram a este processo de seleção, a concorrência fica mais acirrada, o que necessita de ações que permitam uma maior visibilidade da Universidade como um todo, e do conhecimento produzido por ela, criando condições para que a comunidade seja inserida nesta realidade.

Outro fator a ser considerado quanto a demanda por cursos é a política de interiorização do ensino superior. Foram criados vários Câmpus no interior do estado, aumentando o número de municípios atendidos pela Unemat e vagas por cursos, o que em tese amplia as possibilidades de inserção no ensino superior, viabilizando o acesso a universidade, entretanto, é necessário repensar tais políticas de acesso para que a mesma não favoreça a evasão devido a fatores como infraestrutura e logística

⁹ D'AMBROSIO, Oscar. Universidade Pública: Há um futuro para ela?. Disponível em: <http://www.unesp.br/aci/jornal/148/unipubli.htm>. Último acesso em 03.Mai.2017.



deficientes, além das expectativas dos discentes quanto a formação e apoio estudantil. Em síntese, há um aumento de opções para o ingresso no ensino superior, mas não são proporcionadas condições/subsídios as instituições para melhorias em infraestrutura (física e organizacional), fortalecimento dos cursos (novos/existentes) e a formação continuada de docentes/técnicos, o que demanda políticas institucionais efetivas, contemplando a tríade ensino-pesquisa-extensão. Evidentemente que reconhecemos a existência de tais políticas, mas há também a necessidade de sua ampliação.

Conforme informações que constam no relatório da Comissão de Estudo e Proposição de Ações para os Cursos de Baixa Demanda (Res. 082/2015-CONEPE) na Unemat a ocupação de vagas nos cursos de Graduação nos processos seletivos de 2014/1, 2014/2, 2015/1 e 2015/2 segue uma tendência redução da demanda principalmente em cursos de bacharelado e licenciatura nas áreas de Exatas (Engenharias, Matemática e Ciências da Computação), Biológicas (Engenharias e Ciências Biológicas) e Humanas (Letras e Turismo). É importante considerar que a tradição de determinados cursos gera a preferência por algumas áreas, a exemplo de Medicina e Direito, além da própria formação básica deficiente, que acaba refletindo no aumento do número de vagas ociosas em alguns cursos de Graduação na Universidade. É importante considerar que ao entrar no ensino superior o aluno passa a vivenciar outras realidades, o que demanda a necessidade de uma maior integração do estudante com a instituição para suprir as expectativas quanto a sua formação acadêmica.

A fixação do número de vagas está prevista no artigo 53 da LDB onde a universidade tem a autonomia para defini-lo, possibilitando a ampliação da discussão quanto a forma de acesso e o número de vagas disponíveis nos cursos de graduação com baixa demanda. As soluções propostas se baseiam em duas vertentes:

- 1) Rediscussão quanto ao ingresso no Ensino Superior da Unemat: Os Cursos de baixa demanda, de acordo com as especificidades de cada Câmpus, poderão definir a forma de ingresso na Instituição (entrada via Vestibular, ENEM ou SISU) mediante a aprovação dos órgãos colegiados.
- 2) Fixação do número de vagas de acordo com as especificidades de cada curso: Como exemplo, podemos citar que se fossem fixadas 40 vagas anuais para os cursos de baixa demanda, embora aparentemente tenha um certo impedimento pela Lei complementar 321/2008 que sanciona o plano de carreiras dos docentes efetivos (cumprimento de 12 horas/aula semanais). Baseando-se nisso, são apresentadas algumas soluções possíveis: rodízio de disciplinas entre docentes e revisão/reestruturação dos PPC's.
 - a) Rodízio de disciplinas: Os docentes anualmente poderão ofertar diferentes disciplinas, permitindo assim a contemplação da carga horária de trabalho. Neste caso, uma mesma disciplina seria compartilhada entre os docentes do curso, ou seja, dois docentes ministrariam uma mesma disciplina, o que não impediria que o quadro de professores efetivos desenvolvesse as atividades de ensino-pesquisa-extensão.
 - b) Revisão/Reestruturação dos PPC's: mudança de carga horária e matriz curricular, além das mudanças nos créditos (Presenciais e a distância) o que



permitiria uma flexibilização curricular, ampliando as possibilidades de acesso do acadêmico as disciplinas do curso.

Portanto a proposta seria: - agrupamento de disciplinas conforme áreas específicas (grandes áreas, áreas, subáreas).

- disciplinas compartilhadas entre docentes (dois docentes ministrando uma mesma disciplina)

- a partir do ingresso anual é possível trabalhar a questão dos contratos reduzidos que também gera insegurança/ausência de professores em determinadas disciplinas, assim o contrato poderia ser pelo período de um (01) ano, o que de certa forma garante a contratação temporária de professores pela insegurança dos contratos reduzidos.

b. Segunda Chamada e Provas finais

A exemplo do que ocorre em algumas universidades estaduais públicas brasileiras (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, Universidade de São Paulo - USP, Universidade de Campinas - UNICAMP), a proposta é de que o discente que deixar de comparecer a uma prova e/ou quiser melhorar sua média poderá substituí-la por nova prova ao final do semestre. Ao aluno reprovado por nota (média final inferior a 7,0 pontos), poderá ser concedida a oportunidade de realizar uma Prova Substitutiva, a mesma terá nota entre zero (0) e dez (10) pontos, e substituirá a menor nota dentre as avaliações aplicadas no semestre.

Em caso de perda de prova das Disciplinas por quaisquer motivos, este teria a chance de fazer uma Prova Substitutiva ao final do semestre, cujo conteúdo ficaria ao critério do docente determinar (se referente a prova que ele perdeu ou todo conteúdo ministrado). Essa ação reduziria os encargos administrativos/docente frente aos pedidos de segunda chamada e o discente não precisaria se preocupar em apresentar justificativa de ausência, ficando ciente que teria a chance de refazer a prova ao término do semestre letivo.

Alguns critérios de enquadramento dos discentes para realização da Prova Substitutiva são descritos a seguir, baseados no regulamento dos cursos de graduação da UNESP (2017):

- Discentes que se ausentaram na prova principal;

- Discentes com notas abaixo de sete (7,0) na prova e média final – realizam a prova substitutiva somente da disciplina cuja nota da prova e média estão abaixo de 7,0;

Discentes com nota abaixo de sete (7,0) na prova e média final acima de sete (7,0). Isto inclui discentes que queiram realizar a prova substitutiva para melhorar a média final. Neste caso, prevaleceria a nota mais alta, caso tire nota menor na prova substitutiva;

- Discentes com média final abaixo de cinco (5,0) - como nas provas finais que já são realizadas na Unemat - não poderão realizar a prova substitutiva. Assim, os acadêmicos que não se enquadram nestes critérios, não precisam comparecer no dia e horário marcados para realização da prova substitutiva.

A partir desta proposição, a prova final seria substituída pela terminologia “prova substitutiva”, havendo uma semana específica no final do semestre para a sua



aplicação, conforme regulamento geral da Unemat, além de ser uma possível solução para melhorias no rendimento escolar do discente, já que o mesmo não precisaria se submeter a exames concomitantes com outras provas durante o semestre, paralelamente haveria uma redução nos percentuais de reprovações e abandono nos cursos de Graduação.

c. Reestruturação dos PPCs.

Faz-se necessária a reestruturação dos PPCs de vários cursos da Unemat com o intuito de adequá-los às realidades de cada curso. Além disso, sugere-se a definição das disciplinas obrigatórias e eletivas, utilizando-se como base os PPCs de outras universidades, e flexibilizando a oferta de maior número de disciplinas eletivas para a diferenciação do perfil do egresso. Atualmente, o que se observa em vários cursos é um grande número de disciplinas eletivas-obrigatórias, que em nada contribuem para a diferenciação de perfil.

d. Vincular a oferta de novos cursos à estruturação dos cursos existentes.

A abertura de novos *Câmpus* e ou novos cursos pela Unemat, demanda recursos e mão de obra para sua implantação e funcionamento. No entanto, cursos já existentes são penalizados pela falta de infraestrutura como salas de aula, laboratórios de ensino, laboratórios de pesquisa, laboratórios de informática, aquisição e estruturação de áreas experimentais, salas para docentes e aquisição de livros. Há também a falta de professores efetivos como comprovado pelos constantes concursos para contratação de professores interinos. É primordial priorizar a melhoria na qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão nos *Câmpus* já existentes, antes de se discutir uma nova expansão. Vale ressaltar que situações semelhantes já ocorreram em outras Universidades.

e. Regulamentação do ingresso através do programa de integração e inclusão étnico-racial.

O Programa de integração e inclusão Étnico-Racial da Resolução nº200/2004 – CONEPE foi criado com fim específico de reverter o déficit histórico de acesso dos pardos e negros ao ensino superior. Contudo, na prática tem se tornado um caminho de mais fácil acesso para pessoas corruptas e fraudulentas ingressarem na Universidade Pública, sem temer nenhum tipo de investigação e punição, pois os mecanismos de fiscalização utilizados pela Unemat são ineficientes, resultando em práticas constantes de fraudes. A Universidade deve não só destinar as vagas por meio de cotas, mas supervisionar o cumprimento da lei.

f. Fomentos de Pesquisas e Bolsas de IC.

Teixeira (1977), propôs uma universidade que promovesse a cultura desinteressada e assegurasse a preparação para a carreira intelectual de maneira crítica, através de princípios tais como a associação entre ensino, pesquisa e extensão, a autonomia didática, administrativa e econômica.

Para Pereira (2007), ainda hoje existem poucas instituições de ensino superior no Brasil que vinculam, de fato, o ensino, a pesquisa e extensão. Para a autora, mesmo



nas universidades que propõem em seus projetos essa vinculação, ela é dificultada por falta de engajamento dos professores ou falta de verba para a pesquisa. Em suas palavras: “O que temos na grande maioria das universidades brasileiras é uma ‘universidade de ensino’ apenas, que, embora possa desempenhar um papel importante para o país, não é legitimamente ‘uma universidade de ensino, pesquisa e extensão’” (PEREIRA, 2007, p.1)

O conceito de iniciação científica traz a ideia de que o estímulo à pesquisa científica deve começar o mais cedo possível e ser permanente. As instituições devem criar suas próprias bolsas de iniciação científica e dispositivos de distribuição das bolsas aos seus pesquisadores e que estes indicarem estudantes para atuar em seus projetos de pesquisa, como estímulo. Em um mundo no qual a ordem mundial vem transformando a educação superior em fábricas de diplomas, no qual predomina a educação bancária e que reserva a pesquisa para os privilegiados centros de excelência, a atividade de pesquisar, associada ao ensino, está fadada a desaparecer dos lugares da educação nos quais, tradicionalmente, ela ainda vinha acontecendo, ou seja, da universidade (PIRES, 2015).

A inserção precoce do aluno de graduação em projetos de pesquisa se torna um instrumento valioso para aprimorar qualidades desejadas em um profissional de nível superior, bem como para estimular e iniciar a formação daqueles mais vocacionados para a pesquisa, orientados por pesquisador qualificado. Essa bolsa pode ser um atrativo, ajudando o bolsista a não desistir do projeto por problemas financeiros, garantindo sua participação em todo o processo de pesquisa (MISSIAGGIA, 2017).

O desafio da universidade hoje é formar indivíduos capazes de buscar conhecimentos e de saber utilizá-los. Evidentemente, a Iniciação Científica tem uma história mais favorável do que contrária, desenvolvendo capacidades mais diferenciadas nas expressões oral e escrita e nas habilidades manuais dos alunos, os estudantes aprendem a ler bibliografia de forma crítica e a fugir da rotina e da estrutura curricular, os acadêmicos que fizeram iniciação científica têm melhor desempenho nas seleções para a pós-graduação, terminam mais rápido a titulação, possuem um treinamento mais coletivo e com espírito de equipe e detêm maior facilidade de falar em público e de se adaptar às atividades didáticas futuras (FAVA-DE-MORAES; FAVA, 2000).

A Iniciação Científica é um instrumento que permite introduzir os alunos de graduação na pesquisa científica, sendo um instrumento de apoio teórico e metodológico à realização de um projeto que contribua na formação profissional do aluno. Para desenvolver um projeto de pesquisa é necessário buscar o conhecimento existente na área, formular o problema e o modo de enfrentá-lo, coletar e analisar dados, e tirar conclusões. Aprende-se a lidar com o desconhecido e a encontrar novos conhecimentos (VELHO; VELHO, 1998).

Diante deste contexto, a possibilidade de ampliação do número de bolsas de iniciação à pesquisa/extensão pela Unemat, complementares aos editais abertos como PIBIC, PROBIC, PROEC é uma forma de incentivar os alunos/professores a desenvolvimento de novos projetos de pesquisas e com isso desperte a vocação científica entre os discentes, permitindo a formação de talentos potenciais e futuros



mestrando e doutorando, mediante a participação em projetos de pesquisas orientados por pesquisadores atuantes e qualificados.

Há também a necessidade de reestruturação das normas para enquadramento/concessão de bolsas, a partir dos recursos disponíveis, tem-se as seguintes proposições:

- 1) Concessão limitada no máximo 03 (três) bolsistas para orientadores com titulação de Doutor e 02 (dois) bolsistas para orientadores com titulação de Mestre por edital.
- 2) A bolsa concedida deverá estar vinculada a pelo menos um projeto de pesquisa/extensão aprovado e cadastrado no Sistema de Gestão de Projetos da Unemat.

Permitir inscrições dos alunos a bolsa de Iniciação Científica cuja vigência do projeto de pesquisa do(a) Orientador(a) seja igual a data do termo de concessão, ou seja, que contemple 50% do projeto e não 75% como descritos no editais.

g. Substituir parte das horas de aulas expositivas, por atendimento direto ao aluno

O papel da Unemat é um dos mais importantes no Estado, envolvendo a formação de pessoal nos três níveis da cadeia do ensino universitário. A formação superior é a base do desenvolvimento social e econômico de todas as nações desenvolvidas e em desenvolvimento, uma vez que forma profissionais para trabalhar no mais alto nível das cadeias produtivas, gerando e aplicando conhecimento em ciência e tecnologia para atendimento à todas as demandas da sociedade (CHIARINI; VIEIRA 2012).

As discussões foram também realizadas em novembro de 2015 com o professor permanente do PPG-EC de Nova Xavantina, Prof. Dr. Ted Feldpausch, Professor Efetivo da Universidade de Exeter, Inglaterra. Na ocasião, os professores do PPG-EC da Unemat-NX, Ben Hur e Beatriz Marimon da Unemat, ministraram aulas naquela instituição e debateram com o Prof. Ted sobre o baixo rendimento dos alunos da Unemat e o nosso excesso de aulas expositivas, cerca de quatro vezes mais do que no Reino Unido.

h. Professor que ministra aulas apenas na graduação, perfazendo 20 horas-aula + 20 horas-atividades, incluindo extensão e cultura.

Mato Grosso ainda é um estado em construção e mais do que qualquer outro do Brasil necessita a formação de profissionais nos três níveis do ensino superior para atuar em setores-chave do desenvolvimento econômico e social do estado, como agricultura, agroindústria, pecuária, meio ambiente, saúde e educação. Mais do que isso, a Unemat tem agora também a missão de formar professores para atuar no próprio ensino superior de Mato Grosso, diminuindo nossa dependência de mestres e doutores formados fora do estado. Esta busca pela autossuficiência e independência socioeconômica tem na Unemat a sua principal base, já que a instituição forma os profissionais superiores.

Em julho de 2016 foram feitas as primeiras abordagens em um workshop de pesquisa entre UnB e Unemat, através do Projeto PROCAD, envolvendo os programas



de Pós-Graduação em Ecologia e Conservação da Unemat e Zoologia da UnB. Na ocasião, identificamos problemas em comum entre UnB e Unemat especialmente quanto ao excesso de carga horária em sala de aula por parte de pesquisadores vinculados aos Programas de Pós-Graduação (PPG's). Esta problemática comum é ainda mais grave na Unemat e já havíamos discutido anos antes com colegas da instituição o excesso de carga de trabalho dos professores que coordenam projetos de pesquisa, problema que se acentuou com a abertura dos mestrados e doutorados da Unemat.

1. Eixo Temático: Pós-Graduação

Tema proposto

a. Relação Graduação e Pós-Graduação

A melhoria do padrão de qualidade do ensino de graduação, reflete também na formação de profissionais mais envolvidos com a pós-graduação. Entretanto, devido o contingenciamento de recursos financeiros destinados às universidades a articulação entre as atividades de ensino-pesquisa-extensão tem ficado limitada. Vale reforçar que:

O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas. § 1º. A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências. § 2º. A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. § 3º. O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá aos que dela se ocupem meios e condições especiais de trabalho (CURY, 2004, p.783).

Fato esse que reforça a necessidade da consolidação da graduação de forma concomitante a pós graduação, o que resultaria no aperfeiçoamento dos segmentos que compõe a Universidade de forma satisfatória nos diferentes níveis (graduação e pós graduação), como estabelecido na meta nº 18 do PNE que menciona a necessidade de "Incentivar a generalização da prática da pesquisa como elemento integrante e modernizador dos processos de ensino-aprendizagem em toda a educação superior, inclusive com a participação de alunos no desenvolvimento da pesquisa"

Avanços relacionados a integração entre ensino-pesquisa-extensão são os programas de Iniciação Científica (pesquisa/extensão) que são exemplos mais palpáveis dos esforços para uma maior aproximação dos discentes, docentes e técnicos a pesquisa e extensão, embora ainda de forma limitada, o que remete a necessidade de se produzir avanços ampliando esta integração na Instituição por meio da criação de um fórum de discussão da Graduação, Extensão, Pesquisa e Pós Graduação, onde possam discutir as iniciativas nos Câmpus, bem como, compreender



suas especificidades de uma holística. Neste caso, o Fórum ocorreria anualmente com os representantes de cada segmento nos Câmpus para construção de políticas que priorizassem essa integração entre os níveis de graduação e pós-graduação, baseando-se nos princípios de indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão.

É necessário também o desenvolvimento de atividades que reforcem esse caráter integrador dentro da Unemat como: 1. práticas de laboratório, 2. eventos científicos, 3. conferências e 4. fomentar a presença dos discentes em defesas de dissertação e tese, porque garante que os discentes da graduação e pós-graduação se qualifiquem, oferecendo alternativas para que conheçam as múltiplas possibilidades na educação superior, o que configura positivamente no processo de avaliação institucional.

b. Professor que ministra 4 horas-aula na graduação ou Pós-Graduação, realiza atividades de orientação no mestrado e/ou doutorado e desenvolve atividades de pesquisa e/ou extensão, com obrigatoriedade de publicação mínima anual em periódicos indexados. b2- Alunos de mestrado e/ou doutorado co-orientarem alunos da graduação (TCC) sob supervisão do orientador principal. b3- Aluno de mestrado e/ou doutorado assumir parte de disciplinas de graduação sob supervisão do professor titular da disciplina. b4- Criar o cargo em nível superior de Auxiliar de Pesquisa para PTES. b5- Criar o Programa de Financiamento Interno de Pesquisa e Extensão para a Pós-Graduação.

A Unemat precisa agora, mais do que nunca, readequar sua estrutura e fazer os devidos ajustes para melhorar o seu rendimento e eficiência de acordo com a nova realidade, aumentando sua eficiência e integrando os cursos de graduação com a pós-graduação. Além disso, é fundamental uma readequação também para diminuir a grande distância hoje existente entre ensino, pesquisa e extensão. Para atingir os objetivos e metas propostos nesta pré-tese, escolhemos os eixos de Graduação, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão e Cultura, uma vez que a base do pensamento que norteia a proposta de readequação da Unemat se baseia justamente na integração desses quatro eixos fundamentais da instituição. Os princípios constitucionais de eficiência do serviço público e de indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão das universidades brasileiras formam a base de condução de nossa proposta, conforme descrevemos nas proposições no próximo item desta pré-tese.

Outra questão amplamente debatida em diversos fóruns de pós-graduação que tivemos com professores da Unemat (câmpus NX, AF, Tangará e Cáceres) e UnB foi a falta de integração entre graduação e pós-graduação, problema também mais grave na Unemat, devido a sua condição de iniciante em termos de PPG's. Se grandes instituições sentem esse problema, a Unemat sente em dobro ou mais, dada a sua estrutura funcional ainda muito defasada.

Em fevereiro deste ano, discutimos no âmbito do PPG Ecologia e Conservação de Nova Xavantina (PPG-EC) as principais causas de outro problema: a falta de integração com a graduação no câmpus. Este problema e suas discussões remontam desde a fundação do PPG-EC em NX, com o ingresso da primeira turma em 2008. Até então, a Unemat só tinha um PPG, ainda assim somente em nível de mestrado, revelando nossa



inexperiência no assunto. Desde aquela época já sentíamos o quanto a Graduação e Pós-Graduação não se comunicavam, além da sobrecarga de trabalho dos professores.

Em março deste ano definimos em duas reuniões consecutivas a necessidade de otimizar as habilidades de cada servidor, em cada categoria (docente ou PTES), para que o trabalho se tornasse mais eficiente e produtivo. Por exemplo, havíamos identificado sobrecarga tanto do Secretário do PPG quanto dos docentes para atender a toda a demanda. Nesta altura, a Reitoria já havia indicado um bolsista para auxiliar na secretaria.

Com estas informações, nos reunimos com os PTES (PPG-EC e administrativo) e os alunos de graduação, mestrado e doutorado para discutirmos e fechamos as diretrizes básicas desta proposta. Esta proposta final foi formatada em uma última reunião ocorrida no final de abril deste ano, quando elaboramos os objetivos específicos desta proposta visando o reequilíbrio funcional da Unemat a partir da integração dos eixos de graduação e pós-graduação sob o princípio da eficiência do serviço público brasileiro.

2. Eixo Temático: Pesquisa

Tema proposto:

a. Criação de laboratório de ensino/pesquisa

A criação de laboratórios de ensino/pesquisa de áreas afins, possibilitará a realização de aulas práticas mais elaboradas e a realização de pesquisas, principalmente, iniciação científica. Os laboratórios existentes, em alguns *Câmpus*, são pequenos e inadequados para atender o número de alunos matriculados nas disciplinas de cursos que demandam aulas práticas nos mesmos locais. O desenvolvimento de pesquisas se torna inviável devido a descontinuidade dos trabalhos e, principalmente, as normas de uso que dificultam o acesso de docentes e discentes a estas instalações sem um técnico presente. As aulas práticas serão melhores ministradas se tiverem estrutura e equipamentos adequados e normas de uso mais flexíveis, especialmente para docentes que necessitam manter a Dedicção Exclusiva, bem como atender as exigências da Comissão Permanente de Avaliação Desempenho Docente (Art. 41º, LC 320/2008).

b. Aumento do número de Bolsas de Iniciação Científica.

Aumento do número de Bolsas de Iniciação Científica. O aumento do número de bolsas de iniciação científica constituir-se-á numa estratégia de motivação e incentivo à participação dos acadêmicos em atividades de formação relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão e, conseqüentemente, contribuirá para a permanência dos mesmos na Universidade resultando em índices menores de evasão, além da qualificação em áreas específicas de conhecimento. A iniciação científica é imprescindível na determinação do perfil do egresso. O número reduzido de bolsas de iniciação científica na Unemat pode ser evidenciado considerando-se que entre cerca de 14 mil alunos, aproximadamente 190 foram contemplados, nos últimos editais de seleção de bolsistas de iniciação científica, para as modalidades PIBIC-Ações afirmativas, PIBIC e PROBIC. Além da busca de fomento para o aumento do número de



bolsas, uma alternativa, para aumentar a participação de alunos na iniciação científica, a exemplo da UFPR, consiste na concessão de iniciação científica não remunerada e/ou voluntária para professores mestres ou doutores que não tiveram projetos aprovados por insuficiência de cotas ou notas inferiores para o critério de aprovação (<http://www.prppg.ufpr.br/site/ic/pibic/>).

3. Eixo Temático: Extensão e Cultura

Tema proposto

a. Implantação do Sistema de Extensão da Unemat

Com o advento da Lei N. 5.540 de 1968, que estabeleceu a obrigatoriedade da extensão em todas as Instituições de Ensino Superior - IES, garantindo o acesso da comunidade às atividades desenvolvidas no ensino e pesquisa mediante a extensão. Para Nogueira (2005, p. 8) a função social da universidade passa pela extensão, podendo ser entendida como “o meio por onde as IES podem cumprir seu compromisso social, indo além das atividades precípua relacionadas a sua atividade-fim por meio de seus cursos regulares.”

O fortalecimento da Extensão Universitária tem sido um desafio a ser alcançado pelas IES, devido as suas múltiplas dimensões, a indissociabilidade entre o ensino-pesquisa-extensão, a multi-inter-transdisciplinaridade e a interação dialógica entre universidade-comunidade.

Para Santos (2013) a reforma universitária deve conferir nova centralidade às atividades de extensão visto que elas desempenham a função social da universidade. Vale ressaltar que seu fortalecimento vai de acordo com os objetivos da Política Nacional de Extensão Universitária (PROEX, 2012) que reafirma o compromisso da extensão na articulação do ensino e pesquisa de forma indissociável, sendo indispensável para a formação discente e qualificação docente-técnico, de forma a garantir a aproximação com a comunidade.

Conforme mencionado por Araújo (2012) é necessário analisar os agentes que constroem a Universidade e também o seu papel diante a sociedade.

Antes de uma análise mais aprofundada da instituição em si, faz-se mister avaliar como ela se constitui e quem são os seus protagonistas. A Universidade é um espelho da sociedade e reflete suas contradições; assim, os agentes que a constroem (servidores, professores e estudantes) reproduzem os mesmos vícios, preconceitos e estereótipos do “meio externo”, trazendo consigo o senso comum (ora popular, ora acadêmico) e reproduzindo também a lógica de produção capitalista. Necessário também indagar se o conhecimento produzido na Universidade possibilita a transformação da sociedade ou se a instituição não passa de um local fechado em si mesmo, que não interage com o meio no qual está inserido Araújo (2012, p. 39)



A Pró Reitoria de Extensão e Cultura da Unemat prevista na Lei Complementar Estadual n.º 30/1993 (alterada pela Lei Complementar Estadual n.º 319/2008), no Estatuto da Unemat (Resolução n.º 2/2012 – CONCUR) e na Resolução n.º 2/2012 – CONSUNI, desempenha um papel fundamental para a visibilidade das ações de extensão da Universidade para a comunidade.

Em relatório divulgado pela PROEC/ Unemat (2015) são cerca de 76 projetos e 12 programas em vigência, com um número bem inferior nos Câmpus mais novos, o que demanda ações de incentivo/fortalecimento da extensão nesses locais, bem como, na universidade como um todo. Entre as ações da PROEC a implantação das Assessorias de Gestão de Extensão e Cultura nos Câmpus foi uma proposta inovadora dentro da instituição que precisa ser consolidada, já que a proposta assegura o fortalecimento da extensão e o acompanhamento das ações desenvolvidas em cada Câmpus. As assessorias foram implantadas apenas em Cáceres, Colider, Juara e Sinop e nos demais Câmpus (Alta Floresta, Alto Araguaia, Barra do Bugres, Luciara, Nova Xavantina e Pontes e Lacerda) não há informações a respeito, conforme consta neste mesmo relatório. Fato esse que chama a atenção pela demanda de ações de extensão que garanta a acessibilidade do conhecimento produzido à sociedade.

A maioria dos docentes estão envolvidos em atividades de pesquisa, percebe-se pelo número reduzido de atividades de extensão dentro da universidade em comparação as atividades de pesquisa. Uma forma de fortalecer a extensão universitária além da consolidação das assessorias nos Câmpus seria a criação de um sistema que garantisse a acessibilidade ao conhecimento produzido via extensão. Além disso, esse sistema integrador facilitaria a submissão de propostas, acesso ao andamento dos projetos e seus resultados. Seria uma forma de garantir o acesso e acompanhamento das atividades realizadas, permitindo a criação de indicadores de extensão da Unemat.

O desenvolvimento deste sistema e baseado em modelos de outras universidades que possuem um sistema próprio de informação onde a comunidade pode ter acesso ao banco de dados sem a necessidade de cadastro prévio, de fazer login ou inserir senhas no sistema, o que facilitaria também a gestão da extensão pela Proec O processo burocrático pelo qual as ações de extensão precisam ser submetidas, havendo ainda a necessidade de passar pelos órgãos colegiados mediante entrega documental em mãos, além do envio via correio, o que inviabiliza a submissão e propostas, bem como, a agilidade na institucionalização das mesmas, pelo trâmite que deve ser seguido, além dos gastos com papéis/impressões que poderiam ser eliminados com a implantação do sistema de informação/gerenciamento da Extensão.

b.1. Implantação de um Clube Línguas Estrangeiras

A linguagem, capacidade inerente ao homem, possibilita o conhecimento, a meditação e discussão de questões mundiais. Com o fenômeno da globalização ocorreu a alteração da relação homem-linguagem-mundo, sendo o conhecimento da língua inglesa imprescindível para a compreensão e a transmissão de conhecimentos e também para o entretenimento. No Brasil, a população hipossuficiente não tem acesso ao ensino de línguas estrangeiras (ZANOLI, 2014).



Os idiomas espanhol, italiano, francês e alemão devem ser também considerados no aprendizado de uma segunda ou terceira língua. A linguagem, capacidade inerente ao homem, possibilita o conhecimento, a meditação e discussão de questões mundiais. Com o fenômeno da globalização ocorreu a alteração da relação homem-linguagem-mundo, sendo o conhecimento da língua inglesa imprescindível para a compreensão e a transmissão de conhecimentos e também para o entretenimento. No Brasil, a população hipossuficiente não tem acesso ao ensino de línguas estrangeiras (ZANOLI, 2014). Os idiomas espanhol, italiano, francês e alemão devem ser também considerados no aprendizado de uma segunda ou terceira língua.

Considerando que a maioria das publicações são redigidas em língua estrangeira, tanto em periódicos nacionais quanto internacionais, a existência de oportunidades de intercâmbios no exterior e de cursar disciplinas em Universidades em outros países, por meio de programas governamentais, faz-se necessária e urgente a oferta de cursos de idiomas para os acadêmicos da Unemat.

A criação de um Clube de Línguas Estrangeiras proporcionará aos acadêmicos, além do conhecimento de outro idioma, um fator de qualificação tornando-o diferencial no mercado de trabalho.

Os Clubes de Línguas Estrangeiras Modernas existem em várias Universidades do País e vêm contribuindo com a formação e qualificação de acadêmicos e futuros profissionais. A conversação, o estudo de gramática, a leitura, a escrita e cursos de proficiência compõem as atividades dos Clubes de universidades, como por exemplo, CELIN – Universidade Federal do Paraná (<http://www.celin.ufpr.br/>), CELIN – Universidade Federal de Viçosa ([celin.prelin.org.br](http://www.celin.prelin.org.br)), CL – Centro Interdepartamental de Línguas - Universidade de São Paulo (<http://www5.usp.br/servicos/cursos-de-idiomas-na-fflch-ii/>), CALEM – Universidade Tecnológica Federal do Paraná (<http://www.utfpr.edu.br>), dentre outros.

4. Eixo Temático: Gestão

Tema proposto

a. Implementação dos cargos de vice para os diretores de *Câmpus* e administrativo e Coordenadores de Cursos.

Os diretores (DPPF, DURA e de Faculdades) e coordenadores de curso são fundamentais para o funcionamento da universidade. Ao consultar a Resolução nº002/2012 – CONCUR, verifica-se que a esses cargos competem diversas responsabilidades, de forma que, a ausência de qualquer um deles pode impedir a tramitação de alguns processos.

Diante do exposto, propõe-se a implementação dos cargos de vice-diretores e vice coordenadores, para que possam substituir o titular em suas faltas e/ou impedimento legais e/ou temporários.

a. Implementar o pagamento de DGA para os servidores em cargo de Coordenação de Curso, que mantiverem as 180 horas/aula, e Diretoria de Faculdade.

Os cargos de Coordenação e Diretorias de Faculdade são cargos de grande responsabilidade e demandam dedicação devido às competências atribuídas a cada



um (Resolução nº002/2012-CONCUR) e, geralmente, geram desgaste físico e emocional, o que desestimula a candidatura de pessoas para desempenharem essas funções.

A fim de valorizar o trabalho destes profissionais e incentivar a participação de docentes em cargos de gestão, propõe-se o pagamento de DGA (o tipo será determinado pelo CONCUR e consolidado por meio de Lei Complementar aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso).

No caso das Coordenações de Curso, ainda se propõe que o pagamento da DGA seja efetuado para o docente que mantiver as 180 horas/aula, não havendo a necessidade de contratação de um professor substituto e, conseqüentemente, reduziriam algumas despesas para a Unemat.

b. Implementar o pagamento de DGA para os servidores secretários de curso, de faculdade e DPPF.

Os secretários de curso, de faculdade e DPPF desempenham atividades de grande responsabilidade, além de exigir dedicação para a tramitação dos processos em todas as instâncias nos *Câmpus*, gerando desgaste físico e emocional em algumas situações.

A fim de valorizar o trabalho destes profissionais, propõe-se o pagamento de DGA (o tipo será determinado pelo CONCUR e consolidado por meio de Lei Complementar aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso).

c. Remoção por vontade do servidor atendendo a demanda de outros Câmpus, mediante a disponibilidade de vagas.

A solicitação de remoção de servidores entre os *Câmpus* da Unemat se dá pela necessidade de melhoria e bem-estar profissional e pessoal dos mesmos. É necessário flexibilizar essa mobilidade que acontece entre *Câmpus*, com mesmo CNPJ, uma vez que o servidor comprovar a existência de vaga e autorização da remoção pelo *Câmpus* de origem, reduzindo a burocracia com viagens para realização de perícia, pois nem todas as cidades contam com este serviço, conforme exigido na INSTRUÇÃO NORMATIVA nº002/2017.

5. Eixo Temático: Política Estudantil

Tema proposto:

a. Implantação de salas de estudos 24h

A construção de políticas que permitam o acesso aos serviços e recursos pedagógicos de forma adequada para além da sala de aula favorece a integração do estudante com o ambiente acadêmico e a Instituição. Dentro da universidade é necessário promover condições básicas de acesso, participação e aprendizagem dos acadêmicos, garantindo um espaço próprio para o desenvolvimento de atividades extraclasse, que em muitas situações são realizadas em locais inadequados (cantinas, corredores), de difícil acesso (deslocamento para casa de terceiros), ou até mesmo dentro da própria Instituição, em salas de aula que são ocupadas nos três períodos para as atividades de ensino. Assim, proporcionar um ambiente adequado para essas atividades, bem como, para o estudo se torna imprescindível para melhorias no



rendimento acadêmico, além de permitir um espaço de discussão entre os grupos, de forma a considerar suas necessidades.

Há vários exemplos de Universidades brasileiras que adotaram a sala de estudos 24 horas como, UNESP, USP, UNICAMP, UFRJ, UNB, já utilizada também em outros países como Portugal e Espanha (DOMINGUES, 2017). Esta é um local com funcionamento ininterrupto destinado aos acadêmicos para o desenvolvimento de atividades relacionadas a Universidade, sendo uma opção aos discentes que desejam estudar e/ou realizar trabalhos extraclasse em horários alternativos, não contemplados pela biblioteca. Assim, estes podem se organizar para isso, sem ocupar locais inadequados para isso, além de servir também, como um espaço de convivência entre eles, aproximando as diferentes realidades, que em tese facilitaria a criação de vínculos extraclasse garantindo a socialização entre os envolvidos.

A implantação de uma sala de estudos 24h é uma demanda entre os segmentos, constituindo-se como uma medida estruturante para o reconhecimento institucional, frente ao seu compromisso de garantir uma educação de qualidade e infraestrutura adequada aos discentes. De um lado há os docentes e técnicos que veem os espaços serem ocupados de forma inadequada, atrapalhando o desenvolvimento de atividades essenciais aos Câmpus. De outro, há os discentes, que não possuem local apropriado dentro da Instituição, que permita o desenvolvimento das atividades extraclasse concernentes a eles, de forma acessível, adequada e integrada. Como proposta a implantação seriam necessárias algumas adequações estruturais, espaço disponível, cadeiras e mesas, além de um reforço da vigilância principalmente no período noturno para que garanta a seguridade do ambiente de estudo, bem como a tranquilidade/qualidade durante seu desenvolvimento.

b. Criação, ampliação e reforma da casa do estudante universitário em todos os câmpus.

A Casa do Estudante Universitário tem como finalidade principal oferecer alojamento aos alunos de ambos os sexos, regularmente matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação dos *Câmpus* da Unemat (Edital 001/2017 do *Câmpus* de Nova Xavantina), possibilitando, dessa forma, a permanência do aluno considerado hipossuficiente na Universidade e, conseqüentemente, reduzindo a evasão. No entanto, apenas os *Câmpus* de Nova Xavantina, Pontes e Lacerda e Alto Araguaia possuem Casa do Estudante, e nestes, há a necessidade de reforma e ampliação para acompanhar o aumento da demanda em função do crescimento da universidade. Além disso, a criação e melhoria das Casas de Estudantes nos *Câmpus* já está prevista no Planejamento Estratégico Participativo (PEP) da Unemat.

c. Implementação de bolsas auxílio para Iniciação Científica e Estágio.

Os auxílios Moradia e Alimentação são destinados a prestar assistência estudantil aos discentes de baixa renda, mediante os requisitos e critérios estabelecidos nos editais aprovados pelas Pró-Reitorias de Planejamento e Tecnologia da Informação – PRPTI (Edital 001/2017/PRAE). Faz-se necessário, no entanto, mudanças na maneira



como os auxílios vêm sendo concedidos, pois, como é feito atualmente, o aluno contemplado com o auxílio fica desobrigado a prestar serviços junto a universidade.

Sugere-se, assim, que o aluno que possui o auxílio financeiro deva auxiliar em projetos de pesquisa, ensino ou extensão, transformando o auxílio em um tipo de bolsa de iniciação científica ou de estágio, com carga horária compatível, que não comprometa seu desempenho acadêmico.

Assim, espera-se desenvolver logo cedo um senso de responsabilidade, além de permitir a inclusão desse aluno junto à universidade. Esse novo modelo de auxílio é adotado com sucesso em outras universidades, como a Universidade Federal de Lavras e Universidade Estadual Paulista.

d. Implantação de Assistência Psicossocial nos câmpus.

A exemplo da Universidade Federal do Paraná sob responsabilidade da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE/UFPR - <http://www.prae.ufpr.br/prae/assistencia-psicossocial/>), a implantação da Assistência Psicossocial, na Unemat, poderá proporcionar qualidade e permanência dos estudantes por meio de auxílio psicológico e/ou pedagógico para o enfrentamento de dificuldades vivenciadas individual ou coletivamente. Na UFPR, o atendimento psicológico é realizado por meio do Plantão de Apoio Psicológico (PA) sem necessidade de agendamento, Grupos formados a partir do atendimento no PA, acompanhamento psicológico individual, Oficinas com atividades voltadas para o enfrentamento de suas dificuldades e a Assessoria a docentes e técnicos em reuniões, para harmonizar a relação dos estudantes com os profissionais da Instituição a fim de que estes tenham melhor compreensão dos impasses vividos pelos estudantes e, também possam ser atendidos mediante suas dificuldades. O atendimento pedagógico consiste na procura espontânea, no encaminhamento de professores e coordenadores e na convocação de alunos bolsistas de determinado programa com rendimento acadêmico abaixo de 75%. Situações familiares e de relações pessoais no trato acadêmico, bem como obstáculos relacionados às interações docente x discente, discente x discente, discente x coordenação, assuntos e conflitos inerentes ao ensino superior que atrapalham o desempenho educacional são trabalhadas pela equipe de pedagogos e assistentes sociais da UFPR.

Na Unemat, qualquer acadêmico com rendimento inferior deverá ser convocado para apoio pedagógico.

6. Eixo Temático: Política de Financiamento

Tema proposto:

a. Autonomia para estabelecimento de parcerias, captação e aplicação de recursos.

Aplicação de recursos conforme o Estatuto da Unemat:

Art. 17 São atribuições do CONSUNI:

XI. Deliberar sobre critérios de financiamento para as unidades e ações da Unemat, sobre propostas financeiras e administrativas dos projetos de ensino, de pesquisa e de extensão;

Seção II Das Faculdades

IV. Articular o financiamento, a cooperação e o intercâmbio entre programas e



projetos institucionais e interinstitucionais cujos objetivos seja o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da área e Câmpus;

CAPÍTULO II DOS RECURSOS FINANCEIROS Art. 112 A receita que comporá o orçamento da Unemat será oriunda da fonte do Tesouro Estadual e demais recursos financeiros que compreendam: I. Dotações que sejam consignadas nos orçamentos da União, do Estado e dos Municípios; II. Subvenções e doações; III. Empréstimos e financiamentos; IV. Rendas de aplicação de bens e de valores patrimoniais; V. Créditos auferidos por prestação de serviços; VI. Taxas e emolumentos; VII. Rendas eventuais decorrentes de alienação de bens, ou de comercialização de produtos, imagens e serviços incluindo direitos autorais, patentes e royalties; VIII. Convênios, contratos e demais ajustes congêneres; IX. Contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, e de entidades internacionais ou não governamentais.

Art. 113 A fiscalização financeira e patrimonial da Unemat é exercida pelo Conselho Curador e por auditorias internas e externas, na forma da legislação em vigor.



EXTRATO (SÍNTESE CONCLUSIVA DAS TESES LOCAIS QUE ORIGINARAM O DOCUMENTO ORIENTADOR DO SEMINÁRIO LOCAL)

Eixo 1: Graduação

Eixo	Proposição	Objetivos	Meta	Estratégia
GRADUAÇÃO	1. Melhorar os Cursos de modalidades diferenciadas e reformulação do Programa Parceladas, que hoje se desenvolve com ênfase no Ensino.	1. Garantir o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão em todos os Cursos oferecidos pela Unemat. 2. Constituir políticas que estendam a Pesquisa e a Extensão nos Cursos do Programa Parceladas. 3. Em consonância com a realidade das outras propostas de pesquisa, pós-graduação e extensão.	1. Tornar realidade o princípio da indissociabilidade nos cursos do Programa Parceladas. 2. Melhorar a formação acadêmica dos alunos matriculados nos cursos do Programa Parceladas. 3. Nos câmpus e/ou núcleos que têm problemas de baixa procura.	1. Firmar parcerias com Programas de Pós-Graduação da Unemat e de outras instituições. 2. Convênios e acordos com Programas de Pós-Graduação. 3. Propor o oferecimento nos câmpus e núcleos com baixa demanda de modalidades diferenciadas.
	2. Estabelecer novas formas de ingresso.	1. Possibilitar o acesso de mais alunos à Universidade.	1. Propõe-se a implantação a partir de 2018.	1. Implantação do vestibular seriado, por agendamento virtual ou presencial e entrada por histórico escolar e/ou redação. 2. Após o não preenchimento do SISU ou vestibular que tenhamas novas possibilidades de ingresso como: 1 -



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
3º CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DA UNEMAT
SEMINÁRIO REGIONAL POLO ALTO ARAGUAIA



				<p>chamadas com a utilização de notas de qualquer ENEM e 2 - vestibular por agendamento com data estipulada por edital.</p> <p>3. Propõe-se que, no vestibular da Unemat, o aluno possa escolher dois cursos para concorrer, não alcançando a pontuação suficiente para a primeira opção, que passe a concorrer para a segunda opção.</p>
	<p>3. Fortalecer o Ensino por meio de projetos de Extensão destinados ao atendimento de vários eixos da sociedade bem como comunidades vulneráveis, possibilitando o desenvolvimento de projetos vinculados ou não a áreas de graduação.</p>	<p>1. Fortalecer o Ensino de Graduação por meio de ações que proativas, que visem o bem-estar social e o desenvolvimento de comunidades vulneráveis.</p>	<p>1. Elevar a expectativa do aluno em relação ao potencial transformador de seu curso de Graduação.</p>	<p>1. Durante o ano, incentivar, por meio de aulas práticas, de campo e à distância, o contato com comunidades de resistência.</p>
	<p>4. Identificar os Cursos de Baixa Demanda da Unemat.</p>	<p>1. Criar alternativas que contemplem os cursos de baixa demanda da Unemat, viabilizando a entrada e permanência do aluno no Ensino Superior.</p>	<p>1. Rediscussão quanto ao ingresso no Ensino Superior da Unemat.</p> <p>2. Fixação do número de vagas de acordo com as especificidades de cada curso.</p>	<p>1. Ingresso anual na Universidade e com uma única forma de ingresso (VESTIBULAR ou SISU/ENEM) de acordo com as especificidades de cada câmpus.</p> <p>2. Rodízio de disciplinas entre docentes na mesma área de concurso e Revisão/Reestruturação dos PPC's.</p> <p>3. Concurso para o preenchimento do</p>



			quadro efetivo de professores.
5. Criar a Prova Substitutiva.	1. O discente que deixar de comparecer a uma prova e/ou quiser melhorar sua média poderá substituí-la por nova prova ao final do semestre.	1. Realização da Prova substitutiva ao invés de segunda chamada e prova final. Essa ação reduziria os encargos administrativos/docente frente aos pedidos de segunda chamada e o discente não precisaria se preocupar em apresentar justificativa de ausência, ficando ciente que teria a chance de refazer a prova ao término do semestre letivo.	1. A prova final seria substituída pela terminologia “prova substitutiva”, havendo uma semana específica no final do semestre para a sua aplicação, conforme regulamento geral da Unemat, além de ser uma possível solução para melhorias no rendimento escolar do discente, já que o mesmo não precisaria se submeter a exames concomitantes com outras provas durante o semestre, paralelamente haveria uma redução nos percentuais de reprovações e abandono nos cursos de Graduação. 2. A prova substitutiva seria uma avaliação para substituir uma das notas da avaliação do semestre.
6. Reestruturar os PPCs.	1. Melhorar a qualidade da formação dos alunos egressos na Unemat.	1. Nos câmpus a curto prazo.	1. Os cursos iguais deverão, em conjunto, fazer alterações dos PPCs observando as diretrizes curriculares do MEC.



	<p>7. Vincular a oferta de novos cursos à estruturação dos cursos existentes.</p>	<p>1. Garantir a estruturação dos cursos existentes na Unemat.</p>	<p>1. Nos câmpus a médio prazo.</p>	<p>1. Aprovar a criação de novos cursos e câmpus apenas quando os cursos já implantados tiverem estrutura e mão de obra adequada.</p>
	<p>8. Regular o ingresso através do programa de integração e inclusão étnico-racial</p>	<p>1. Reverter o déficit histórico de acesso dos negros ao ensino superior e coibir práticas de fraude.</p>	<p>1. Nos câmpus a curto prazo.</p>	<p>1. Criação de banca examinadora em cada câmpus, capacitada em averiguar seguindo dados do IBGE a legitimidade do candidato que se autodeclara, garantindo que as vagas sejam ocupadas pelo público a que se destinam.</p> <p>2. A mesma comissão será habilitada a abrir processos de investigação quando houver denúncias de suspeitas de fraude.</p>
	<p>9. Criar e implantar Bolsas Iniciação Científica.</p>	<p>1. Criação de bolsas de iniciação científica pela Universidade do Estado de Mato Grosso, Unemat, e que estes não sejam vinculados a fomentos como CNPq, Capes ou Fapemat e sim um complemento aos editais abertos PIBIC, PROBIC, com o intuito de incentivar os alunos/professores a criação de novos projetos de pesquisas e</p>	<p>1. Reestruturar as diretrizes de enquadramento para concessão de bolsas científicas (Médio Prazo).</p>	<p>1. Concessão limitada no máximo 03 (três) bolsistas para orientadores com titulação de Doutor e 02 (dois) bolsistas para orientadores com titulação de Mestre por edital.</p> <p>2. A bolsa concedida deverá estar vinculada a pelo menos um projeto de pesquisa/extensão aprovado e</p>



		com isso um desperte e vocação científica e encontremos talentos potenciais e futuros mestrando e doutorando, mediante a participação em projetos de pesquisas orientados por pesquisadores atuantes e qualificados.		cadastrado no Sistema de Gestão de Projetos da Unemat. 3. Permitir inscrições dos alunos a bolsa de Iniciação Científica cuja vigência do projeto de pesquisa do(a) Orientador(a) seja igual a data do termo de concessão, ou seja, que contemple 50% do projeto e não 75% como descritos no editais. 4. Permitir que alunos com reprovações (que seja avaliado pelo coeficiente de rendimento) possam participar da seleção. 5. Concessão limitada no máximo 03 (três) bolsistas para orientadores com titulação de Doutor e 03 (três) bolsistas para orientadores com titulação de Mestre por edital.
10. Substituir parte das horas de aulas expositivas, por	1. Reduzir de 4 para 3 ou 2 horas-aula expositiva por semana e passar estas para	1. Melhorar em 50% a qualidade do ensino-aprendizado e reduzir	1. Readequar o projeto Político-Pedagógicos dos cursos de graduação	



atendimento direto ao aluno.	atendimento direto ao aluno em sala.	em no mínimo 25% a carga de aulas expositivas	
11. Desenvolver o ecossistema empreendedor da universidade.	1. Ensinar ao acadêmico sobre empreendedorismo e prove-los com a ferramenta que necessitarão para serem empreendedores em qualquer posição que assumirem futuramente aproveitando as oportunidades.	1. Desenvolver a cultura empreendedora, isto é, a pro atividade para resolver problemas, assumindo riscos e aproveitando oportunidades.	1. Flexibilizar o currículo acadêmico por meio da LDB, permitindo aos alunos de todos os cursos, fazer disciplina e montar o seu currículo. Ofertar disciplina de empreendedorismo.
12. Criar duas categorias de DE como opção de enquadramento docente: (1. Professor que ministra aulas apenas na graduação, perfazendo 20 horas-aula + 20 horas-atividades, incluindo extensão e cultura. 2. Professor que ministra 4 horas-aula na graduação ou Pós-graduação realiza atividades de orientação no mestrado e/ou doutorado e desenvolve atividades de pesquisa e/ou extensão, com	1. Otimizar as habilidades de cada docente, desobrigando da pesquisa os professores da opção 1 e assim respeitando a vocação de cada um.	1. Reduzir em 1/3 o número de contratações de professores interinos e melhorar o aprendizado e qualidade da formação profissional. 2. Tornar mais eficiente o trabalho de pesquisa e extensão na Unemat, aumentando a produtividade científica. 3. Elevar os indicadores de produtividade em	1. Enquadrar os professores em novos regimes de trabalho, alterando o Plano de Carreira. 2. Optar também pelo regime atual.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
3º CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DA UNEMAT
SEMINÁRIO REGIONAL POLO ALTO ARAGUAIA



	<p>obrigatoriedade de publicação mínima anual em periódicos indexados.</p> <p>3. Dar ao professor a oportunidade de escolher a carga horária entre ensino, pesquisa e extensão.</p> <p>4. O regime de DE, onde o professor deva estar vinculado ao ensino, pesquisa e extensão (projetos institucionalizados.).</p>		<p>pesquisa e extensão da Unemat.</p>	
--	---	--	---------------------------------------	--



Eixo 2: Pós-Graduação

Eixo	Proposição	Objetivos	Meta	Estratégia
PÓS-GRADUAÇÃO	1. Criar fórum de Discussão da Graduação, Extensão, Pesquisa e Pós-graduação.	1. Estreitar a Relação entre Graduação, Extensão, Pesquisa e Pós-graduação.	1. Realizar o Fórum de Discussão anualmente com os representantes dos segmentos dos câmpus. 2. Criar um site para inserção de projetos de pesquisas da Unemat e alimentada pelo próprio professor responsável do projeto de pesquisa. (médio a longo prazo).	1. Realizar o Fórum, a cada ano em um câmpus diferente, visando nivelamento das atividades e compreender as especificidades de cada câmpus in loco.
	2. Estabelecer interação planejada entre as atividades da Graduação e Pós-graduação.	1. Realizar a interação de forma planejada entre a Graduação e Pós-graduação.	1. Médio prazo.	1. Desenvolver atividades como: 1. práticas de laboratório, 2. eventos científicos, 3. conferências e 4. fomentar a presença dos discentes em defesas de dissertação e tese. 5. criar oportunidade para os alunos de pós-graduação ministrarem cursos a graduação.
	3. Possibilitar que alunos de mestrado e/ou doutorado co-orientem alunos da graduação (TCC) sob supervisão do	1. Integrar graduação com pós-graduação e melhorar a eficiência do ensino e da	1. Aumentar em 80% a participação dos alunos da pós-graduação nas	1. Garantir número adicional de bolsas de iniciação científica para alunos de TCC's com co-orientação por alunos dos PPG's.



orientador principal.	pesquisa científica	atividades de orientação de TCC e publicação de artigos científicos em conjunto.	2. Bolsas de IC para alunos de graduação sob orientação de qualquer docente com a co-orientação de um pós-graduando, desde que o projeto de TCC esteja incluído em um projeto institucionalizado.
4. Proporcionar que aluno de mestrado e/ou doutorado possa assumir parte de disciplinas de graduação sob supervisão do professor titular da disciplina: (1. Assumir no máximo 25% da disciplina. 2. O professor titular deverá permanecer em sala de aula. 3. Estender a todos os cursos do câmpus, não somente para alunos do curso de Biologia, mas também Turismo, Engenharia Civil e Agronomia.)	1. Integrar graduação com pós-graduação e melhorar a eficiência do ensino	1. Aumentar em 70% a participação dos alunos da pós-graduação nas atividades de ensino de graduação do câmpus.	1. Regulamentar o estágio docência.
5. Criar o Programa de Financiamento Interno de Pesquisa e Extensão para a Pós-Graduação.	Financiar a pesquisa e a extensão no âmbito dos Programas de Pós-Graduação.	Aumentar em até 30% a produtividade em Pesquisa e Extensão da Unemat.	Instituir o Programa e provisionar recursos.
6. Estimular a Pesquisa e a Extensão nos Cursos Parceladas por meio dos programas de Pós-Graduação.	Estreitar parcerias com Programas de Pós-Graduação, a fim de repercutir as pesquisas em forma de Extensão nos Cursos Parceladas.	Aproximar a Graduação da Pós-Graduação, de forma que beneficie o Programa Parceladas.	1. Parcerias com Programas de Pós de Pós-Graduação, a fim de que Professores Pesquisadores, Mestrandos e Doutorandos possam estender suas pesquisas, por meio de Extensão, aos alunos das Parceladas.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
3º CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DA UNEMAT
SEMINÁRIO REGIONAL POLO ALTO ARAGUAIA



				2. Estender o estágio da pós-graduação para todos os cursos de modalidades diferenciadas.
7. Estabelecer convênios com Programas de Pós-Graduação, de forma que os cursos de modalidades diferenciadas recebam em seus quadros docentes Professores Pesquisadores da Unemat e de outras instituições.	1. Estimular professores dos programas de Pós-Graduação da Unemat e de outras instituições a participarem dos editais seletivos das Parceladas. 2. Estimular professores dos programas de Pós-Graduação da Unemat e de outras instituições a participarem dos editais seletivos das modalidades diferenciadas.	1. Estender os resultados dos Programas de Pós-graduação em cursos Parceladas.	1. Criar uma Bolsa específica para professores de Pós-Graduação que oferecerem disciplinas nos cursos do Programa Parceladas. 2. Criar bolsas para professores que não estejam atuando em regime de D.E. 3. Criar uma bolsa específica para professores que oferecerem e/ou trabalhareem em cursos de lato sensu nas modalidades diferenciadas.	



Eixo 3: Pesquisa

Eixo	Proposição	Objetivos	Meta	Estratégia
PESQUISA	1. Garantir que as Pesquisas realizadas nos Programas de Pós-Graduação ou aprovadas por órgãos de fomento possam, por meio da Extensão e Pesquisa, repercutir nos Cursos do Programa Parceladas.	1. Promover a Pesquisa nos Cursos Parceladas, por meio de projetos de Extensão e Pesquisa.	1. Incentivar a formação de Grupos de Pesquisa.	1. Por meio de Editais Seletivos dos Cursos do Programa Parceladas, reservar um percentual para Professores Pesquisadores.
	2. Garantir o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, na modalidade de Ensino Parceladas.	1. Promover a Pesquisa, por meio do Professor Pesquisador, nos cursos do Programa Parceladas.	1. Constituir mecanismos que possibilitem o acesso do aluno dos cursos do Programa Parceladas às Pesquisas, por meio do corpo docente.	1. Reservar 20% das vagas dos Editais Seletivos para Professores Pesquisadores da Unemat ou outras Instituições.
	3. Criar laboratórios de ensino/pesquisa.	1. Atender as necessidades do ensino e pesquisa das diferentes áreas do conhecimento.	1. Nos câmpus a curto prazo.	1. Criação de laboratórios destinados ao ensino e pesquisa de áreas afins.
	4. Aumentar o número de Bolsas de Iniciação Científica	1. Incentivar a pesquisa e extensão entre os alunos de graduação.	1. Nos câmpus a médio prazo.	1. Os auxílios-moradia seriam revertidos para o pagamento de bolsas (IC e estágio).
	5. Criar o cargo em nível superior de Auxiliar de Pesquisa para PTES	1. Otimizar e dar suporte para as atividades de pesquisa da Unemat.	1. Aumentar em 50% a eficiência produtiva em pesquisa da Unemat.	1. Readequar o Plano de Carreira dos PTES.



Eixo 4: Extensão e Cultura

Eixo	Proposição	Objetivos	Meta	Estratégia
EXTENSÃO E CULTURA	1. Incluir a Extensão nos cursos oferecidos nas modalidades diferenciadas, como o Programa Parceladas.	1. Buscar alternativas para tornar a Extensão uma realidade nos cursos de Graduação oferecidos nas modalidades diferenciadas, como o Programa Parceladas.	1. Promover projetos de Extensão nos cursos nas modalidades diferenciadas, como o Programa Parceladas, de forma que o aluno vivencie novas formas de aprendizagem.	1. Incentivar Mestrandos e Orientandos dos Cursos de Pós-Graduação da Unemat ou de outras instituições a desenvolverem projetos de extensão nas modalidades diferenciadas, como o Programa Parceladas.
	2. Valorizar a Extensão.	1. Incentivar a prática da extensão.	1. Fortalecer o princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.	1. Regulamentação do aproveitamento quando houver equivalência entre curso de extensão (carga horária e ementa) e a disciplina de na graduação.
	3. Propor políticas de atuação nas escolas públicas e nos primeiros semestres dos cursos de graduação como nivelamento.	1. Incentivar a prática da extensão nas comunidades interna e externa.	1. Minimizar os problemas educacionais e sociais.	1. Atuação mais expressiva nas escolas de educação básica com objetivo de melhoria do ensino e aprendizagem, bem como na comunidade por meio de troca de saberes. 2. Atuação mais expressiva na educação básica e na graduação com objetivo de melhoria do ensino e aprendizagem.
	4. Promover Projetos de Extensão na comunidade externa.	1. Promover o desenvolvimento de Projetos de Extensão em comunidades vulneráveis: comunidades de	1. Estreitar os laços com a comunidade externa por meio de	1. Publicação Anual de um Edital para Bolsa Criativa (nome proforma).



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
3º CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DA UNEMAT
SEMINÁRIO REGIONAL POLO ALTO ARAGUAIA



	resistência e instituições sociais.	Projetos de Extensão.	
5. Implantação de um Sistema de Extensão da Unemat	1. Fortalecimento da Extensão Universitária mediante a acessibilidade do conhecimento produzido mediante a implantação de um sistema integrador.	1. Facilitar a socialização do conhecimento produzido e Desburocratizar a institucionalização das ações de extensão.	1. Implantar o Sistema de Extensão da Unemat e Assessoria de Extensão em todos os câmpus. 2. Implantação de projetos destinados a comunidade na questão de fomento a valorização cultural e reafirmação dos cursos já existentes.
6. Implantação de um Clube Línguas Estrangeiras e LIBRAS	1. Incentivar a comunidade acadêmica a desenvolver habilidades em comunicação, entendimento e escrita de línguas estrangeiras.	1. Nos câmpus a curto prazo.	1. Reativação/Implantação dos Laboratórios de Línguas e contratação de docentes. 2. Aproveitar acadêmicos que possuem conhecimento de idioma propondo bolsa de estudo e desenvolvimento de atividades acadêmicas dentro do laboratório de línguas, com orientação de um docente.



Eixo 5: Gestão

Eixo	Proposição	Objetivos	Meta	Estratégia
Gestão	1. Implementar novas formas de ingresso.	1. Possibilitar o acesso de mais alunos à Universidade.	1. Propõe-se a implantação a partir de 2018.	1. Regulamentação do vestibular seriado, por agendamento virtual ou presencial e entrada por histórico escolar e/ou redação. 2. Após o ingresso pelo ENEM e vestibular, esgotando-se as chamadas e sobrando vagas a serem preenchidas que sejam normatizadas novas formas de ingresso como: 1 - chamada especial com utilização de qualquer ENEM; e 2 - vestibular por agendamento com data estipulada em edital próprio.
	2. Readequar a Estrutura Organizacional.	1. Estabelecer tratamento equânime em todas as unidades, garantindo a qualidade na prestação dos serviços e otimização dos recursos.	1. Em todos os câmpus da Universidade. Estabelecendo uma estrutura igual para todas as unidades, teremos uma melhor distribuição de trabalho, evitando o acúmulo de funções e dinamizando o desenvolvimento das atividades.	1. Reestruturar o Organograma da Instituição, igualando a estrutura organizacional dos demais câmpus a do câmpus com maior estrutura. 2. Selecionar técnicos para as pró-reitorias atividades meio e docentes para as pró-reitorias de atividades fins.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
3º CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DA UNEMAT
SEMINÁRIO REGIONAL POLO ALTO ARAGUAIA



			2. Garantir alinhamento das atividades com os cargos.	
3. Estabelecer lotação mínima de profissionais técnicos para cada unidade, respeitando a estrutura organizacional.	1. Garantir recursos humanos suficientes para execução das atividades, criação de cursos/câmpus.	1. Em todos os câmpus da Universidade.	1. Definir, por meio de levantamento, a demanda mínima de profissionais técnicos necessários para o funcionamento das unidades.	
4. Constituir um funcionograma técnico.	1. Proporcionar maior clareza sobre as funções de cada servidor/setor.	1. Em todos os câmpus e Sede Administrativa.	1. Fixar, de maneira clara e detalhada, as atividades que são de competência de cada função/setor.	
5. Implementar os cargos de vice para os diretores de câmpus, Faculdade, Administrativo e Coordenadores de Cursos.	1. Responder pelo cargo na ausência dos diretores e coordenadores.	1. Nos câmpus a curto prazo.	1. No processo eleitoral; as chapas deverão ser compostas pelo candidato e seu vice. Quanto às gratificações já recebidas e aquelas que estão propostas para serem implementadas, serão pagas à pessoa que estiver exercendo a atividade como titular, de forma proporcional aos dias trabalhados.	
6. Implementar o pagamento de Bolsa Gestão para os servidores em cargo de Coordenação de Curso, que mantiverem as 180 horas/aula, e Diretoria de Faculdade.	1. Valorizar o trabalho destes profissionais, incentivar a participação de docentes em cargos de gestão e reduzir despesas com contratação de professores interinos.	1. Nos câmpus e a curto prazo.	1. Regulamentar o pagamento de Bolsa Gestão via Instâncias Superiores para os Coordenadores que estiverem exercendo as funções do cargo na posição titular, e para o vice, pagar a Bolsa Gestão referente aos dias em que exercer a	



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
3º CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DA UNEMAT
SEMINÁRIO REGIONAL POLO ALTO ARAGUAIA



			função em substituição ao titular.
7. Manter a política atual de gestão para os servidores em cargo de Coordenação de Curso e Diretoria de Faculdade.	1. Valorizar o trabalho destes profissionais, incentivar a participação de docentes em cargos de gestão e reduzir despesas com contratação de professores interinos.	1. Nos câmpus e a curto prazo.	1. Regulamentar o pagamento de Bolsa Gestão via Instâncias Superiores para os Coordenadores que estiverem exercendo as funções do cargo na posição titular, e para o vice, pagar a Bolsa Gestão referente aos dias em que exercer a função em substituição ao titular.
8. Implementar o pagamento de Bolsa Administrativa para os PTES, secretários de Faculdade e de diretorias.	1. Valorizar o trabalho destes profissionais.	1. Nos câmpus e a curto prazo.	1. Regulamentar o pagamento de Bolsa Administrativa via Instâncias Superiores
9. Possibilitar remoção por vontade do servidor atendendo a demanda de outros câmpus, mediante a disponibilidade de vagas.	1. Flexibilizar o processo de remoção respeitando a necessidade do servidor, proporcionando o seu bem-estar profissional e pessoal.	1. Nos câmpus e a curto prazo.	1. Alteração da Normativa 002/2017-Unemat em relação aos critérios de remoção.



Eixo 6: Política Estudantil

Eixo	Proposição	Objetivos	Meta	Estratégia
Política Estudantil	1. Possibilitar que alunos possam propor Projetos de Extensão destinados ao atendimento de comunidades de resistência ou em instituições de assistência social.	1. Desenvolver uma Política Estudantil que também promova a consciência social do acadêmico.	1. Promover a permanência do aluno nos cursos de Graduação por meio de ações sociais.	1. Oferecer ao aluno a oportunidade de propor um Projeto de Extensão em comunidades de resistência.
	2. Implementar Sala de Estudos 24h.	1. Espaço de funcionamento ininterrupto para estudo e realização de atividades extraclasse relacionados a Universidade.	1. Em cada câmpus haveria um local específico destinado para implantação da sala de estudos 24h. Constituindo-se como uma medida estruturante para o reconhecimento institucional, frente ao seu compromisso de garantir uma educação de qualidade e infraestrutura adequada aos discentes.	1. Como proposta a implantação seriam necessárias algumas adequações estruturais, espaço disponível, cadeiras e mesas, além de um reforço da vigilância principalmente no período noturno para que garanta a seguridade do ambiente de estudo, bem como a tranquilidade/qualidade durante seu desenvolvimento. 2. Avaliar a possibilidade de garantir o funcionamento da biblioteca por 24 horas. 3. Inserir a sala de estudos na biblioteca.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
3º CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DA UNEMAT
SEMINÁRIO REGIONAL POLO ALTO ARAGUAIA



3. Criar, ampliar e reformar a casa do estudante universitário, em todos os câmpus.	1. Facilitar o acesso e garantir a permanência na Universidade dos alunos com hipossuficiência financeira comprovada.	1. Nos câmpus a médio prazo.	1. Criar, ampliar e reformar casas do estudante universitário, masculino e feminino, em todos os câmpus.
4. Implantar bolsas auxílio para Iniciação Científica e Estágio	1. Fornecer auxílio financeiro para estudantes visando a inclusão e o desenvolvimento de um censo de responsabilidade.	1. Nos câmpus a curto e médio prazo	1. Vincular os auxílios-moradia e alimentação a atividades acadêmicas e administrativas.
5. Implantar assistência psicossocial, médica e odontológica nos câmpus.	1. Prestar atendimento à comunidade acadêmica.	1. Nos câmpus a curto e médio prazo.	1. Concurso para contratação de Psicólogos(as), Psiquiatras, Pedagogos(as), Assistentes Sociais, Médicos e Dentistas 2. Plano de Saúde (médico e odontológico).



Eixo 7: Política de Financiamento

Eixo	Proposição	Objetivos	Meta	Estratégia
Políticas de Financiamento	1. Buscar alternativas de captação de recursos financeiros.	1. Proporcionar novos investimentos e garantir maior qualidade no serviço prestado.	1. Na Universidade do Estado de Mato Grosso.	1. Prestação de serviços (Editora; assessorias técnicas e científicas; palestras; cursos, entre outros)/comercialização de produtos desenvolvidos pela instituição. 2. Criar política de incentivo às parcerias com entes públicos e privados.
	2. Criar lei de autonomia para estabelecimento de parcerias, captação e aplicação de recurso.	Elaborar Legislação específica sobre parcerias, captação e aplicação de recursos advindos dessas no próprio câmpus.	Nos câmpus a médio prazo.	1. A responsabilidade da aplicação e fiscalização dos recursos captados caberá às Fundações, a serem criadas em cada Unidade Regionalizada. Os recursos serão destinados à execução dos projetos e/ou processos aprovados, cabendo aos proponentes as decisões sobre destinação. 2. Transparência pública de forma que qualquer pessoa possa ter fácil acesso a planilha de gastos (compra, insumos e etc.). 3. Criar resolução que facilite o processo de doações de pessoas



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
3º CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DA UNEMAT
SEMINÁRIO REGIONAL POLO ALTO ARAGUAIA



				<p>físicas e jurídicas, para um fundo da universidade (filantropia), focada em estratégia de investimento sustentável. Inclui-se na resolução atendimento primeiramente focado no nosso primeiro cliente os acadêmicos e posteriormente a sociedade.</p>
--	--	--	--	--



REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Vicente de Paula; TOSTA, Kelly Cristina Benetti Tonani. Universidade pública, democrática e popular: os desafios da implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul. *Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL*, 2011, pp. 25-36. Universidade Federal de Santa Catarina Santa Catarina, Brasil.

ANDRÉS, Aparecida. Aspectos Da Assistência Estudantil Nas Universidades Brasileiras. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/Tema11/2011_4354.Pdf. Último Acesso Em: 05.05.2017.

BATISTA, R. Vestibular Seriado. Mundo Vestibular. Disponível em: <http://vestibular.mundoeducacao.bol.uol.com.br/universidade-para-todos/vestibulares-seriados.htm>. Acesso em: 21 abr. 2017.

BRASIL. Constituição Federal 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Último acesso em: 01.Maio.2017.

BRASIL. Política Nacional de Extensão Universitária. Disponível em: http://www.proexc.ufu.br/sites/proexc.ufu.br/files/media/document//Politica_Nacional_de_Extensao_Universitaria_-FORPROEX_-2012.pdf. Último acesso em 01.Maio.2017.

BRASIL. Constituição Federal 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Último acesso em: 01.Maio.2017.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 28 abr. 2017

CHAVES, Vera Lúcia Jacob Chaves. Política de Financiamento e a Expansão da Educação Superior no Brasil: o Público e o Privado em Questão. *Revista Educação Temática Digital. Câmpusnas/SP*, v. 17, n.2, p.427-441, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8635212/7085>. Acesso em: 27 abr. 2017

CHIAVENATO, Idalberto. *Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal: como agregar talentos à empresa*. 7. ed. rev. e atual. – Barueri, SP: Manole, 2009.

_____. *Desempenho humano nas empresas: como desenhar cargos e analisar o desempenho para alcançar resultados*. 7. ed. ver. e atual. – Barueri, SP: Manole, 2016.

CORBURCCI, Paulo Roberto; MARQUES, Paulo Marcello Fonseca Marques. Fontes de Financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior: Um Estudo sobre a Universidade de Brasília. Texto Para Discussão nº 999. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, nov. 2013.

CESPE, CEBRASPE, UNB. Guia do PAS 2016. Disponível em: http://www.cespe.unb.br/pas/arquivos/Guia%20do%20Pas%202016_versao%20digital.pdf. Acesso em: 21 abr. 2017.



D'AMBRÓSIO, Oscar. Os graves problemas vividos pelas universidades públicas paulistas vêm à tona na esteira do recente movimento grevista. *Jornal da Unesp*, Ano XV, nº 148, julho/2000. Disponível em: <http://www.unesp.br/aci/jornal/148/unipubli.htm>. Acesso em: 27 abr. 2017

ESTATUTO DA UNEMAT. Resolução Nº 002/2012 – CONCUR. Disponível em: http://www.Unemat.br/resolucoes/resolucoes/curador/3151_res_curador_2_2012.pdf. Último acesso em 30.Abril.2017.

FUMEC - Como funciona o vestibular por agendamento. Disponível em: <http://www.fumec.br/blog/vestibular-2/vestibular-agendado/>. Acesso em: 21 abr. 2017.

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012.

_____. Plano Nacional de Extensão Universitária, 2001.

HALL, Richard H. *Organizações: estruturas, processos e resultados*. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

MATO GROSSO. Constituição (1989). Emenda Constitucional nº 66, de 03 de julho de 2013. Altera o Art. 245 e o Art. 246 da Constituição do Estado de Mato Grosso. Disponível em: <http://app1.sefaz.mt.gov.br/0425762E00551975/250A3B130089C1CC042572ED0051D0A1/DF6B8B1E213ABE3E84257B6700604549>. Acesso em: 28 abr. 2017

MELLO, Alex Fiúza de; ALMEIDA FILHO, Naomar de; RIBEIRO, Renato Janine. Por uma universidade socialmente relevante. In: *Atos de Pesquisa Em Educação – PPGE/ME FURB*. ISSN 1809– 0354 v. 4, nº 3, p. 292-302, set./dez. 2009.

Mundo Vestibular. Processo Seletivo Seriado. Disponível em: <http://www.mundovestibular.com.br/articles/15755/1/Processo-Seletivo-Seriado/Paacutegina1.html>. Acesso em: 21 abr. 2017.

Mundo Vestibular. Vestibular Agendado, entenda como funciona! Disponível em: <http://www.mundovestibular.com.br/articles/14985/1/Vestibular-Agendado-entenda-como-funciona/Paacutegina1.html>. Acesso em: 21 abr. 2017.

PAS - Programa de avaliação seriada – UnB. Disponível em: <http://www.cespe.unb.br/pas>. Acesso em: 21 abr. 2017.

PASUSP – Programa de Avaliação Seriada da USP. Pró-reitoria de graduação da USP. Resolução CoG-6.823 de 27/06/2014. Disponível em: <http://www.prg.usp.br/wp-content/uploads/PASUSP-2014.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2017.

Resolução Nº 001/2015 – Relatório Conclusivo da autoavaliação do ciclo 2013-2015 da Universidade do Estado do Mato Grosso – Unemat.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Parceladas. Disponível em <http://www.unemat.br/proeg/parceladas/?link=apresentacao>. Último acesso em 29.abril.2017.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Disponível Em: [Http://portal.unemat.Br/?Pg=Site&I=Prae&M=Apresentacao](http://portal.unemat.Br/?Pg=Site&I=Prae&M=Apresentacao).

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Histórico da Unemat. Disponível em: <http://portal.unemat.br/?pg=universidade&conteudo=1> . Último acesso em 02.Mai.2017.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Organogramas – uffs. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/estrutura_processos_institucional/organogramas.

Acesso em: 27 abr. 2017.

ARAÚJO, A.G. Ensaio sobre a universidade e sua função social. *Filosofando*, São Paulo, v.1, n.1, p. 38-48, 2012

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 5. ed. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2005. BRASIL. Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998. Disponível em: <http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/30/1998/19.htm> Acesso em: 20 de jan. 2016.

BRASIL. Documento. Parecer CFE n. 977/65, aprovado em 3 dez. 1965. *Revista Brasileira de Educação*, n. 30, set/out/nov/dez. 2005, p. 162-173.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 10 fev. 2017.

CARMO, E.F.; CHAGAS, J.A.S.; FIGUEIREDO FILHO, D.B.F.; ROCHA, E.C. Políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior e estrutura básica de formação no ensino médio regular. *Revista . Bras. Estud. Pedagog.*, Brasília, v. 95, n. 240, p. 304-327, maio/ago. 2014.

CATANI, A.; OLIVEIRA, J. A educação superior. In: OLIVEIRA, R.; ADRIÃO, T. (orgs.). *Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB*. Xamã: 2002.

CHIARINI, T.; PEREIRA, K. V. Universidades como Produtoras de Conhecimento para o Desenvolvimento Econômico: Sistema Superior de Ensino e as Políticas de CT&I. 2012. *Revista Brasileira de Economia* 66: 117–132

CURY, C. R. J. Graduação/pós-graduação: a busca de uma relação virtuosa. *Educ. Soc.*, Câmpusnas, vol. 25, n. 88, p. 777-793, Especial - Out. 2004

DOMINGUES, S. S. Sala de Estudos 24h. Disponível em:< <http://aeiscsp.pt/pt/item/20-centro-de-copias/188-comunicado-sala-de-estudo-24h>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

FAVA-DE-MORAES, F.; FAVA, M.. A iniciação científica: muitas vantagens e poucos riscos. *São Paulo Perspectiva*. vol.14, n.1, pp.73-77. 2000.

FÁVERO, M. L. A. A Universidade do Brasil – Das origens à construção. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Inep, 2000, v.1. 13

FÁVERO, M. L. A; SEGENREICH, S. C. D. Universidades e centros universitários pós-LDB/96: tendências e questões. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira; MOROSINI, Marília (Organizadores). *Educação*



Superior no Brasil: 10 anos PósLDB. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

MATO GROSSO. Lei complementar nº320 de 30 de junho de 2008. Dispõe sobre alteração do Plano de Carreira dos Docentes da Educação Superior da Universidade do Estado de Mato Grosso, seus respectivos cargos e subsídios e dá outras providências. Disponível em: http://www.Unemat.br/reitoria/assoc/docs/legislacao/lei_complementar_320_2008.pdf. Acesso em: 20 Abr. 2017.

MAZZILLI, S. Ensino, Pesquisa e Extensão: uma associação contraditória. Tese de Doutorado. São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1996.

MISSIAGGIA, S. *A Importância da Iniciação Científica: iniciação científica e a formação do pesquisador brasileiro*. 2017. Site < <http://www.faccar.com.br/eventos/enince/2002/Importancia.htm>> visita em 03/05/2017.

NOVA XAVANTINA. Edital 001/2017. PROCESSO DE SELEÇÃO PARA RESIDIR NA CASA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO - CEU SEMESTRE DE 2017/1. Disponível em: <http://nx.Unemat.br/ceu20171.pdf>. Acesso em: 20 de Abr. de 2017.

PEREIRA, E. M. de A. (Org.). Universidade e educação geral: para além da especialização. Câmpusnas: Alínea, 238p. 2007.

PIRES, R. C. M. O trabalho do professor-pesquisador e o PIBIC/CNPq. Cap 4, pag. 86. In: MASSI, L.; QUEIROZ, S. L. (Org.). Iniciação científica [recurso eletrônico]: aspectos históricos, organizacionais e formativos da atividade no ensino superior brasileiro. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp Digital, 157p. 2015.

SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. Políticas Públicas e participação social no Brasil rural. 2 ed. Porto Alegre, [s.n.], 2004, 50p.

SGUISSARDI, V. Universidade Brasileira no Século XXI: desafios do presente. São Paulo: Cortez, 2009.

TANEGUTI, L.Y. Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade. 2013. Disponível em:<

TEIXEIRA, A. Educação e universidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 168p. 1998.

UNEMAT. EDITAL Nº. 001/2017/PRAE SELEÇÃO PARA CONCESSÃO DE AUXÍLIO MORADIA E AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO DA PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS – PRAE. Disponível em: <http://portal.Unemat.br/media/files/PRAE/edital-001-2017-prae.pdf> Acesso em: 20 de Abr. de 2017.

UNESP. Regulamento de cursos. Disponível em:< https://edutec.unesp.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2689:7-encontro-presencial-e-prova-substitutiva-cursistas-ah-sd&catid=246&Itemid=107&lang=pt-br>. Acesso em: 10 fev. 2017.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT. Conselho Curador. Resolução nº002/2012 de 18. Mai. 2012. Homologa o Estatuto da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. 31p. Disponível em:

<http://www.Unemat.br/reitoria/assoc/docs/concur/resolucoes/2012/resolucao_002_2012_concur.pdf>.

Acesso em: 20 Abr 2017.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. Resolução nº200/2004 de 14. Dez. 2004. Aprova o programa de integração e inclusão étnico-racial da Universidade do Estado de Mato Grosso. 3p. Disponível em:

<http://www.Unemat.br/resolucoes/resolucoes/conepe/1651_res_conepe_200_2004.pdf>. Acesso em:

20 Abr 2017.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT. Instrução Normativa 002/2017-Unemat. Dispõe sobre os procedimentos para a remoção de servidores docentes no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso. Disponível em:

http://www.Unemat.br/normativas/normativas/73_in_UNEMAT_2_2017.pdf. Acesso em: 20 Abr. 2017.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT. Planejamento Estratégico Participativo. Disponível em: <http://portal.Unemat.br/media/files/Documento%20Final%20PEP%20CONSUNI%20-10-10-16.pdf>. Acesso em: 20 Abr 2017.

VELHO, L.; VELHO, P. "A Iniciação Científica (IC) nos Estados Unidos: mecanismos, instrumentos e recursos alocados". Educação Brasileira. Brasília, v.20, n.41, p.11-47. 1998.

ZANOLI, M. de L. A linguagem no contexto da globalização. Educação, Gestão e Sociedade: Revista da Faculdade Eça de Queirós, ISSN 2179-9636, Ano 4, n. 13, fevereiro de 2014. Disponível em: www.faceq.edu.br/regs.